O Meridional

Director e Proprietário: A. A. A. SOARES
MENSÁRIO ALGARVIO
Praça Alexandre Herculano, 24 — FARO
NÚMERO 2
ANO I
15 DE MAIO
A 15 DE JUNHO
DE 1978
Preço 10$00

EDITORIAL

Demasiado cedo ou demasiado tarde?

O REALISMO DE CERTAS PESSOAS

Há pessoas que não vêem mais longe do que a ponta do nariz. E não são poucas. Nos momentos de refluxo histórico, quando a maré é de ressaca, até talvez sejam a esmagadora maioria. Filhas da força da inércia, constituem uma massa opaca de apreciável espessura. Acham que a realidade se limita a ser aquilo que lhes parece que é de maneira mais evidente — e não o que está sendo *e incluiria concomitantemente a possibilidade de ser, poder e dever ser outra coisa, radicalmente diferente. Acham que a realidade é aquilo que lhes é gritado pelas mass media, apregoado pela publicidade (que é a alma do negócio!), tolerado por quem tem a pretensão de mexer todos os cordelinhos. A tal atitude mental, a tal disciplina da cerviz digna de uma boa rês chamam* realismo. *Tudo o resto lhes parece indisciplina, descalabro, heresia escabrosa, tiques e vícios redibitórios de um gado que se não preza.*

Ao fim e ao cabo, o «realismo» que alardeiam é sinónimo de obtuso conformismo, de flagrante renúncia a assumirem-se como indivíduos semoventes, de falta de amor-próprio até... É o realismo de quem nunca procura transformar a realidade acima sumariamente definida; de quem se sente realizado com uns punhados de alpista, uma lata de «fiel — alimento canino», um posto na hierarquia, uma imagem de marca social, um rótulo que se agarra à pele e é visível da plateia. E assim, sem viverem, vão sobrevivendo, com muita calma, com muita pachorra, com muito medo e, por vezes, com muito orgulho. Com muito medo porque, como dizia certa velha citada por Maquiavel, isto nunca se sabe, o ditador que vem a seguir ainda pode ser mais tirânico do que o anterior. Com muito orgulho porque, como salientava Rudolfo Rocker, o medo de ser livre provoca o orgulho de ser escravo.

O «UTOPISMO» E O «TERRORISMO» QUE CONDENAM

São as mesmíssimas pessoas que, para além da triste realidade que constituem ou estão constituindo, só vêem lirismo, poesia ou utopia. Prosaicas até mais não, febris, quer estejam sós ou acompanhadas, vêem na Anarquia, no anarquismo e na Revolução Social um pavoroso flagelo, uma desordem e um caos inauditos. Que horror os indiví-

(Continua na 2.ª página)

A Liberdade

Não sou verdadeiramente livre senão quando todos os seres humanos que me rodeiam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade de outrem, longe de ser um limite ou a negação da minha liberdade, dela é, pelo contrário, a condição necessária e a confirmação. Não me torno verdadeiramente livre senão pela liberdade dos outros, de maneira que, quanto mais numerosos são os homens livres que me rodeiam, e quanto mais extensa e mais larga é a sua liberdade, tanto mais extensa e mais profunda se torna a minha. É, pelo contrário, a escravidão dos outros que põe uma barreira à minha liberdade, ou, o que vem a dar no mesmo, é a sua bestialidade que é uma negação da minha humanidade porque, uma vez mais, não posso dizer-me verdadeiramente livre senão quando a minha liberdade, ou, o que quer dizer a mesma coisa, quando a minha dignidade de homem, o meu direito humano, que consiste em não obedecer a nenhum outro homem e a não determinar os meus actos senão em conformidade com as minhas próprias convicções, reflectidos pela consciência igualmente livre de todos, voltam a encontrar-se confirmados pelo assentimento de toda a gente. A minha liberdade pessoal, assim confirmada pela liberdade de todos, estende-se ao infinito...

MIKHAIL BAKUNINE

O promissor futuro do Algarve:
A INDÚSTRIA TURÍSTICA

Pessoas bem pensantes da província discutem muito, ultimamente, ácerca das inúmeras vantagens que adviriam, para o progresso da dita, da existência duma UNIVERSIDADE no Algarve. Deputados, ilustres eleitos e mandatados pelo povo — essa entidade abstracta feita da hipoteca, a alto juro, das vontades e aspirações dos inúmeros indivíduos concretos e manejada ao belprazer dumas tantas personalidades e doutores da coisa pública, encartados políticos da esquerda e da direita — deputados, doutores, Autoridades no assunto vêm à liça, expõem, argumentam, contradizem, afirmam e finalmente dizem que... a solução do problema algarvio é... uma UNIVERSIDADE em Faro! Que precisamos de doutores, mais doutores diplomados, mais autoridades em assuntos digamos que... transcendentes, mais, enfim, mais DIRIGENTES. O que tem faltado a este bom povo têm sido dirigentes à altura, homens com o Saber e a Autoridade... Desde, pelo menos, a morte do esgrouviado do D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, que assim tem sido. Mas o dia em que, do meio das brumas, Ele ressurgirá com a Nossa salvação nas Suas mãos não tardará talvez. Será já este?, será Aquele o Messias ansiosamente esperado?

ATENÇÃO, leitor distraído que já aqui chegaste. Ao assim falarmos, não queremos dizer que, em nossa opinião, o Algarve não precise de homens conhecedores e interessados nos assuntos, que deles tenham uma justa visão e que possuam o senso das medidas e das conveniências: técnicos *à altura*, em suma. Porém, resta saber, o que talvez não seja descabido, à ALTURA DE QUÊ?

O SUICÍDIO
ECONÓMICO
DAS REGIÕES

À altura, talvez, de fazerem do Algarve a estância turística com que os espíritos europeus germanófilos ou francófonos instalados à frente dos democráticos destinos do país, desta opereta de sabor vagamente trágico, sonham!? — Seria qualquer coisa próxima de uma visão paradisíaca: um grande centro industrial em Lisboa, a pouco e pouco conquistada por auto-estradas e viadutos, e mais e mais passando por cima e ao lado de bairros da lata e dos imensos caixotes onde se encaixa o operário número tantos mais a respectiva família, tudo supervisionado por infalíveis e omniscientes computadores. No Porto, algo parecido a isso, talvez com a Ribeira transformada em museu e um barco rabelo fixado ao meio do Douro, para recordar aos vindouros os bons velhos tempos artesanais. Ali para o Centro, — Coimbra, Leiria, Aveiro — prosseguia-se com a industrialização mais ou menos selvagem, com a condição de se fazerem aquários (ali como o do sr. Vasco da Gama, em Algés) no rio Vouga (com todas as espécies de peixes e outros que a poluição exterminou); às Portas do Tejo, ali ao pé de Vila Velha de Ródão, na foz do Sado desde que se recolhessem as últimas ostras e tendo o especial cuidado de manter o sanatório da Arrábida à boca das chaminés da fábrica de cimento que lá existe. Em Sines, cá mais próximas, gigantescas refinarias (por sinal, sem mercados para a apregoada exportação!). Mas com técnicos, operários, todos ali trabalhando afanosamente, entusiasmadamente, com um vigor e uma abnegação dignos da formiga da fábula. Em Sines, um gigantesco pólo de expansão e de Progresso. Desse progresso que se deu na Alemanha social-democrata ou no Japão democrático do pós-guerra.

O ALGARVE:
ESTÂNCIA TURÍSTICA

E, cá em baixo, no Algarve, o repouso do guerreiro. Dos guerreiros do trabalho, dos escravos do Progresso, das vítimas do «stress» desgastante, do quotidiano intenso, absorvente e cansativo que a interessante vida moderna proporciona. No Algarve, os momentos de ócio, dum ócio feito à imagem e semelhança dos desimaginativos momentos outros, os que não são ócio. No Algarve hoteis restaurantes moteis combinados turísticos bares boites cabarets casinos. Gigantescos supermercados, cadeias de lojas de venda do chamado «artesanato industrial», etc., etc.. Em suma, uma gigantesca indústria turística funcionando assim mesmo: como indústria.

Diz-se que os de Tavira (sem ofensa!) comem na gaveta. Linguarejar este que traz em si implícita uma crítica a uma hipotética ausência de espírito hospitaleiro. Sociedades há, ainda, (entre as ditas selvagens), em que o principal critério de prestígio social é a hospitalidade. Os esquimós põem, até, o calor das esposas à disposição do enregelado visitante que lhes concede o privilégio de se albergar no seu igloo. Irão os «homens do Progresso» dizer que os esquimós têm uma «mentalidade turísti-

(Continua na 2.ª página)

O 1.º DE MAIO:

Reposição de alguns factos históricos

«A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA.»
Pierre-Joseph Proudhon

AS ORIGENS

Em 1886, havia nos Estados Unidos da América do Norte um movimento sindical inspirado nas tácticas da acção directa e animado por inúmeros anarquistas. Tinha como divisa «um prejuízo causado a um faz mal a todos» e não considerava a solidariedade como uma palavra vazia de sentido. Agrupava nas suas fileiras os emigrados de fresca data menos adaptados ao capitalismo selvagem norte-americano, os operários não qualificados, os camponeses e os proletários agrícolas, os desempregados, em suma, os oprimidos e explorados menos resignados com a sua condição de escravos assalariados e, materialmente, menos favorecidos... Era conhecido pela designação de «The Knights of Labour» («Os Cavaleiros do Trabalho»). Não desprezando o «lumpen» ou pé-descalço, não estabelecendo diferença entre operários sindicalizados e não sindicalizados, batendo-se pela obtenção de regalias económicas, mas sem perder de vista o combate decisivo contra o Capitalismo e o Estado, foi sem dúvida o percursor dos «Industrial Workers of the World» («Trabalhadores Industriais do Mundo») onde mais tarde militariam Haywood e Mother Jones. Estava tão próximo destes quanto estaria afastado da actual «American Federation of Labour-Confederation of Industrial Organisations» (A. F. L. - C. I. O.), a qual, apesar dos seus pruridos de «sindicalismo livre» e de independência sindical, não passa hoje de uma sumptuosa e endinheirada central que gosta de participar nas bregas politiqueiras entre o Partido Republicano e o Partido Democrático, que adora representar o patronato junto aos trabalhadores, que sente, afinal de contas, que como polícia oficiosa do mundo do trabalho é mais eficiente do que as polícias de Estado...

Com feito, não militavam entre «Os Cavaleiros do Trabalho» nem os carreiristas e candidatos a burocratas, nem essa aristocracia operária ligada à produção de massa que, nas «trade unions» bem comportadas, preferia alargar o leque salarial a bater-se contra o regime do trabalho assalariado.

Foi, contudo, desta aristocracia operária que partiu a iniciativa da luta pela jornada de 8 horas, já que eram moeda corrente os dias esgotantes de 12 e 13 horas. Iniciati-

(Continua na 6.ª página)

NESTE NÚMERO:

- Editorial — Demasiado cedo ou demasiado tarde?
- O promissor futuro do Algarve: a indústria turística
- Entrevista com Juan Gomez Casas
- O 1.º de Maio: reposição de alguns factos históricos
- Ainda a propósito dos partidos políticos
- O Dantas e o São Gonçalo, padroeiros da cultura algarvia
- O pesadelo da auto-estrada
- Conselhos ou ditadura do proletariado
- Da família
- As vicissitudes da escola em França
- O filósofo Herbert Marcuse e as mais amplas liberdades

O promissor futuro do Algarve: A Indústria Turística

(Continuação da 1.ª página)

ca»? que têm «predisposição para o turismo»? que talvez não fosse má ideia fazer do Pólo Norte uma gigantesca estância turística, usando — por que não? — as esposas hospitaleiras como principal chamariz publicitário?

O TURISMO, ANTÍTESE DA HOSPITALIDADE

Ao contrário da hospitalidade, o turismo é sobretudo uma actividade económica, uma transacção comercial, um negócio, uma venda de serviços, uma indústria produtora de divisas. Como todas as indústrias, mas esta especialmente ligada àquilo a que chamaremos, um tanto limitadamente, o «espírito da gorjeta».

Trata-se, ao fim e ao cabo, de aproveitar as belezas naturais de uma região (ou as criadas propositadamente para o efeito), para, a troco do seu gozo, assim como quem apresenta uma vistosa gravata e um sorriso encantador, tirar da algibeira desse factor económico que é o turista umas tantas «divisas». Admita-se que, até aqui, tudo certo. Admita-se. As divisas irão para os cofres do Estado, dos grandes investidores, dos médios e também dos pequenos. Não vamos falar agora do modo como são distribuídos os juros dos investimentos pelos bolsos de cada um, mas apenas do condicionalismo global que vai impondo a re-aplicação desses capitais e o modo como é feita. O que é indispensável, para que se alimente o ciclo, é que venham turistas, mais turistas e mais turistas, arrebanhados, em manada, em grupo, em «charters», em Mercedes de luxo, venham como vierem.

Para a indústria do turismo o que é preciso, para começar, é o *turista*. E, para que a vinda do turista traga rendimentos, é necessário aquilo a que se chama, na linguagem árida dos economistas, as *infra-estruturas*. Em que consistem as *infra-estruturas?* — Meios de comunicação, alojamentos, serviços de toda a ordem e espécie e, claro, *profissionais na venda desses serviços*, pessoas que se integrem num ambiente solicitante. O tal sorriso afivelado nos lábios, a tal bajulice aos hábitos do visitante que torna o portuguesinho tão simpático aos olhos do inglês que lhe responde com ar aéreo: «— O. K., thank you, nice boy». — torna-se indispensável para a função. O estreito don-juanismo estival é apenas um seu subproduto, em certos aspectos.

AS DISTORSÕES QUE O TURISMO PROVOCA

Sejamos claros: a criação das chamadas infra-estruturas turísticas significa duas coisas:

1.º — Uma «distorsão» na mentalidade de quem vive na província e que não consiste de modo algum no aprofundar dum espírito hospitaleiro que a todos agradaria, mas que é, pelo contrário, a criação da tal mentalidade de gorjeta e da bajulice, do estreito espírito de ganância e de lucro rápido; duma mentalidade de semi-colonizado culturalmente que procura fazer dinheiro (o vil metal tão difícil de obter e cada vez mais indispensável ao mínimo das sobrevivências) a troco de caricaturas de contactos humanos, de prazeres ou lazeres que não passam, na maioria dos casos, de uma triste representação em opereta do que poderia ser uma real aproximação e troca de humores de indivíduos das mais diferentes origens. Em suma, a redução a mais um factor económico, a um produto de vulgar compra e venda, duma caricatura do tão apregoado cosmopolitismo e calor humano do português histórico.

2.º — E significa uma sistemática distorsão da estrutura produtiva da província, que vê assim condicionada *toda a sua acção criativa* no que se refere à produção de bens materiais de consumo subordinada à monstruosa e assoberbante indústria do turismo, desprezando-se potencialidades naturais (ou remetendo-as para um papel secundário na economia da província), cujo desenvolvimento se poderia, sem dúvida alguma, traduzir numa mais equilibrada e generalizada melhoria geral da qualidade de vida dos seus habitantes. Não somos nós, mas sim técnicos especializados quem afirma que, por exemplo, a campina da zona de Faro possui as terra mais férteis de todo o país; mais, mesmo, que os barros de Beja. Não nos merecerá uma tal asserção, ao menos, um pouco de reflexão? Preocupar-se-ão os desenvolvimentistas investidores no turismo com um tal facto e com as repercussões que a actividade turística tem na agricultura, em geral? Sabemos que não, que a agricultura, para eles, não passa de uma actividade subsidiária e meramente fornecedora da hotelaria.

Claro está que uma e outra das consequências que referimos são causa e efeitos recíprocos, fazem parte dum ciclo vicioso. Este não se rompe nem só ao nível económico (o problema não é *apenas* a dependência económica dos produtores e dos trabalhadores em geral em relação à finança); nem se rompe só ao nível das «mentalidades», como é óbvio, pois o condicionalismo económico condiciona evidentemente — e de que maneira! — as mentalidades.

Vejamos a questão em termos mais concretos:

— com a crise generalizada da agricultura (crise de produtividade económica, crise de valores, ausência de perspectivas para um indivíduo que chega à idade da independência — sobretudo em confronto com outros valores e possibilidades que a proximidade de centros urbanos apresenta como mais aliciantes) — em face de tudo isto, que possibilidades se oferecem a quem, pela primeira vez, procura meios de garantir a própria subsistência senão a hotelaria, a construção civil (em grande medida depende desta), o emprego em cadeias de estabelecimentos destinados ao comércio de produtos de consumo corrente? Que possibilidades se oferecem senão uma actividade que gravite na órbita do turismo (além do desemprego, que nos tempos que correm, é sem dúvida alguma, uma sombria perspectiva)?

Ora é esta predominância do turismo como actividade económica da região que, a pouco e pouco, se tem vindo a tornar um fenómeno totalizante, justificado, claro está, pela noção geral de *Progresso* que constitui, por assim dizer, a excrescência ideológica do desenvolvimento das grandes sociedades industriais do mundo contemporâneo, a Leste e a Oeste. Fenómeno totalizante que remete para um lugar marginal e dependente (quando não as elimina pura e simplesmente), todas as actividades produtivas, que vêem assim a sua subsistência económica sujeita às flutuações daqueloutra actividade tida como a mais importante e, como tal, acarinhada pelos homens do Estado.

Não será decerto um saudosismo mais ou menos bucólico ou regionalista que nos irá enternecer os corações. Não é, também, nenhuma espécie de atavismo anti-industrializante nem «radicalismo ecológico» (o que não quer dizer que a recém-inventada «ecologia» não levante questões de fundo sistematicamente obliteradas pelos tecnocratas do PROGRESSO mais ou menos social-democrata) o que norteia as nossas interrogações. Parece-nos, apenas, que, a continuarmos assim, estaremos condenados, (aqueles que vivermos no Algarve nessa altura e aqueles que a ele estamos ligados por esta ou aquela vivência), a, daqui por uns anos, frequentarmos, sob pena de eremitismo, um meio social cada vez mais estupidificado, rotineiro e auto-limitativo que se vai arrastando pelas águas mornas dos sucessivos invernos que separam as sucessivas estações altas, as «saisons» do turismo — seja ele o turismo de luxo, o de massas ou qualquer outra invenção dos financiadores privados ou dos altos funcionários do Estado.

A imaginação não nos custa. A capacidade de realizar, vamos fazendo por isso. O que nos custa, por vezes, é olharmos em volta.

Em próximos artigos, vamos tentar pormenorizar diversas questões que neste apenas se afloraram:

— a situação económica dos habitantes da província — distribuição da propriedade, de rendimentos, etc..

— estrutura produtiva — situação da agricultura, das pescas e dos sectores industriais (praticamente inexistentes, aliás). Olhemos para a situação da indústria das conservas e lembremos a transplantação quase maciça da indústria da cortiça para a região do Montijo, por causa da agitação operária.

— estrutura administrativa;

— capacidades humanas.

A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS: UMA FALSA SOLUÇÃO

Uma coisa deixemos aqui, desde já, claramente dita. Não será, de certeza, uma «lei das finanças locais», de cuja importância algumas vereações — esses órgãos de soberania local que mais não são do que delegações do Poder (do central, claro) ao nível local — se fazem tão amplo eco, que irá resolver os problemas económicos sobretudo dos desprovidos de recursos próprios, daqueles que têm que trabalhar para irem vivendo. Não será, de certeza, uma «lei de finanças locais» que permitirá acabar com as diferenças entre concelhos urbanos e rurais, litorais e do interior. A isso chamaríamos nós, — o que decerto iria ofender quem tão democrática e socializantemente assim fala — uma «utopia menor» (sem qualquer menosprezo para o termo utopia). E comentaríamos que «com papas e bolos se enganam tolos». E acrescentaríamos ainda: e também se alimenta a boa consciência provinciana bem como... algumas ambições de âmbito e projecção obviamente provincianos também.

E não nos espantaria que, um destes dias, quem agora assim fala nos viesse acusar, a nós, de pretendermos a criação dum regime económico autárquico, fechado, isolacionista, um pequeno reino dos Algarves que seria necessário retomar aos Infiéis aqui instalados de novo, com as suas concubinas e eunucos, vindos de viagem através do tempo, para se instalarem em pleno século vinte e em cheio na era do átomo e do neutrão.

Que sentido fará pensar-se em termos do «todo nacional», — no caso vertente, pensar-se na importância do turismo para o equilíbrio da balança de pagamentos nacional — quando tal noção de «nacionalidade» entra, desde logo, em choque com os mais elementares factores de equilíbrio *de uma das partes desse todo?* — Neste caso, precisamente aquela parte por onde entram (digamos assim) as tão necessárias divisas!...

Quem?, concretamente quem? será o virtual interessado e beneficiado com tal ordem de preocupações? Não será difícil a resposta...

E repare-se, ainda, que não é, também, nada abonatório, para quem assim possa aduzir argumentos, vir à liça falar em «interesse nacional», quando tal «interesse» começa por ser antagónico com o chamado «interesse local», pelo menos na forma sob que um e outro são apresentados... Nunca será demais repisar nisto, e daqui talvez se conclua que a dominação, privilégio e Estado nacional estão sempre intimamente ligados.

Mas isso será para outra conversa...

JOAQUIM A.

EDITORIAL

(Continuação da 1.ª página)

duos, as associações, as comunas e as regiões serem capazes de autogovernar-se, de autogerir-se! Que tragédia aquilo a que se convencionou chamar «ordem pública», no meio da desordem estatal e capitalista, não ser garantido por uma «autoridade superior»! Que vergonha não se ter um polícia ou um censor dentro da própria cabeça e sonhar-se com uma vida nova, livre e desinibida!

Verberando esse estado de espírito doentio e acriançado, essa mentalidade teológica encontradiça tanto entre a arraia-miúda quanto no meio dos altos dignitários, Bakunine escrevia ironicamente no livro «Federalismo, socialismo e anti-teologismo»: «O Estado, portanto, como a Igreja, parte da suposição fundamental que os homens são intrinsecamente maus e que, entregues à sua liberdade natural, cortar-se-iam uns aos outros às postas e ofereceriam o espectáculo da mais atroz anarquia em que os mais fortes espancariam ou explorariam os mais fracos, exactamente o contrário, não é verdade, do que acontece nos nossos Estados modelos de hoje!»

Os severos defensores da «ordem», os carrascos inclusive de si mesmos, porém, perseveram. Os clichés, os chavões, os lugares comuns, os retratos-robots que fabricam, sobre uma realidade nunca vivida, que julgam sem que se possa interpor recurso, abundam. Assim, a bandeira negra da Anarquia só careceria da caveira e das duas tíbias atravessadas para se assemelhar ao pavilhão dos antigos piratas. Todos os anarquistas seriam bombistas, associais, marginais natos. Ravachol, Emile Henry, Vaillant, Sante Caserio, Bresci, Pallas, Pauwels, Durruti, Ascaso, entre tantos mais, encarnariam o espírito de destruição puro e simples, o instinto de morte, o «thanatos» de que falava o decrépito Dr. Freud na fase do declínio. Deste modo, pedem, claramente, a repressão adequada.

TENTEMOS PÔR ALGUNS PONTOS NOS ii

O que tais pessoas já não vêem ou não querem ver é que nunca os anarquistas, os defensores da transformação qualitativa e total, preconizaram a violência pela violência, ou a acção pela acção. Só no cérebro de certos filósofos delirantes e de detractores interessados alguma vez foram vitalistas radicais que viam na destruição uma afirmação da vida; ou voluntaristas ignorantes e desmiolados que procuravam actuar bruscamente, quando não estavam reunidas as famosas condições objectivas. Se se serviram mais da bomba do que do boletim de voto, foi sempre como reacção defensiva contra a violência permanente do capitalismo e do Estado. Se pontuaram a «belle époque» com atentados por esse mundo fora, isso deve-se a circunstâncias muito especiais, históricas evidentemente. A Comuna de Paris, que acabou com os últimos combates do Père-Lachaise e as execuções sumárias de 28 de Maio de 1871 contra o «muro dos federados», tinha tido um balanço trágico: o massacre de mais de vinte mil pessoas, cerca de quarenta mil prisões, mais de dez mil deportações para a Nova-Caledónia, sem contarmos os que, como Jules Vallès, tinham fugido para Londres. A aministia dos «communards» só tinha sobrevindo em 1880. Em 1883, uma das mais célebres «pétroleuses» da Comuna, a anarquista Louise Michel, era condenada a oito anos de prisão, por ter marchado à cabeça de uma manifestação. Em 1891, nas manifestações do primeiro de Maio, a tropa tinha disparado em Fourmies, e em Clichy a polícia a cavalo tinha carregado no momento da dispersão.. Decamps tinha sido espancado e condenado a cinco anos de prisão. Em Espanha, durante o mesmo lapso de tempo, os camponeses andaluzes, acusados de pertencerem à sociedade secreta «la Mano Negra» e de terem participado nas insurreições de Jerez de la Frontera, eram presos, torturados e assassinados às centenas na sinistra prisão de Montjuich. Depois da vitória que tinha obtido em 1870, aquando da guerra franco-prussiana, e do auxílio que tinha dado a Thiers para esmagar a Comuna parisiense, o militarismo alemão era de novo «o cocheiro da Europa». É neste contexto que temos que compreender o tão vilipendiado e tão temido «terrorismo» anarquista. Ravachol, Emile Henry, Vaillant, por exemplo, reagiram muito simples e virilmente contra a repressão do Estado francês e a apatia dos cidadãos. Tinham achado que era uma atitude mais digna inspirarem-se na propaganda pelo facto, *como lhe tinha chamado Paul Brousse, em 1877, do que participarem, como o socialista possibilista Millerand, no ministério Waldeck-Rousseau, ao lado do general Galliffet, um dos principais responsáveis pelo massacre dos «communards». E homens como Sante Caserio, Paulino Pallas, Angiolillo ou Bresci, ao eliminarem fisicamente o presidente da República francesa Sadi Carnot, o marechal torcionário Martinez Campos, o primeiro ministro espanhol Cánovas del Castilho ou o rei Humberto 1.º da Itália, estavam apenas a visar à cabeça do Estado, sem se preocuparem com os pequenos subalternos. Todos eles, aliás, diante do tribunal, assumiram a plena responsabilidade dos seus actos, disseram que tinham actuado sós e sem ajudantes, não se desculparam nem buscaram quaisquer circunstâncias atenuantes. Declararam alto e bom som que só às ordens de si próprios estavam, que só às suas consciências obedeciam, que dispensavam as lições de moral dadas pelos juízes, pelos jurados, pelos políticos profissionais ou pelos padres. Terminaram as suas «carreiras» diante do pelotão de fuzilamento, da guilhotina, da forca ou do garrote vil. Quão longe estamos do terrorismo cego, indiscriminado e reaccionário dos católicos e pro-*

(Continua na 3.ª página)

Ainda a propósito dos partidos políticos

1) *O desvio político na 1.ª Internacional e a opção acomodatícia da Social - Democracia.*

A Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida por 1.ª Internacional, tinha como divisa: «*A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*». Kropotkine, que só a conheceu na fase final, diz sobre ela nas suas memórias: «*O fim confesso da Associação era desde a origem a expropriação dos proprietários actuais do solo e dos capitalistas, e a entrega de tudo o que é necessário à produção das riquezas nas mãos dos próprios produtores. Os operários de todas as nações eram convidados a organizar-se para travarem directamente a luta contra o capitalismo; a buscar os meios de realizarem a socialização dos meios de produção e de consumo; e quando estivessem prontos para fazê-lo, a tomar posse dos meios de produção e a regular esta produção, sem tomarem em linha de conta a organização política presente...*».

A GUERRA FRANCO - PRUSSIANA E A COMUNA DE PARIS

Quando sobreveio a guerra franco-prussiana de 1870, nem todos os aderentes deram provas de um internacionalismo a toda a prova. Karl Marx, por exemplo, alemão e membro do Conselho geral de Londres, escreve numa carta de 20 de Julho do mesmo ano a Friedrich Engels: «*Os franceses precisam de apanhar uma coça. Se os prussianos saírem vencedores, a centralização do poder de Estado será útil à centralização da classe operária alemã. Se a Alemanha levar a melhor, o centro de gravidade do movimento operário europeu deslocar-se-á da França para a Alemanha, e basta comparar o movimento nos dois países de 1866 aos nossos dias para ver que, do ponto de vista da teoria e da organização, a classe operária alemã é superior à francesa. A sua preponderância, no teatro do mundo, significará também que a nossa teoria terá levado a melhor sobre a de Proudhon*».

Pondo de lado o ajuste de contas póstumo entre Marx e Proudhon, autor a quem o primeiro devia a teoria do valor - trabalho e da mais - valia, e que tinha morrido em 1865, o facto é que Marx se enganava. A Comuna de Paris, que durou de Março a Maio de 1871 e foi esmagada pelas tropas versalhesas de Thiers, com a bênção de Bismarck e do Kayser, veio demonstrar que, na Europa inteira e no mundo, as classes trabalhadoras francesas eram as mais combativas, as mais imaginativas, as mais radicais. Que estivessem imbuídas de proudhonismo, que tivessem nas suas fileiras inúmeros anti - autoritários e anarquizantes, os quais se expuseram nas barricadas, como Louise Michel, Gustave Lefrançais, Jules Vallès, Elysée Reclus, o pintor Gustave Courbet, entre tantos mais, isso era outra coisa, pelos vistos imperdoável. A Comuna de Paris, contudo, foi e permanece um dos pontos mais altos da luta dos explorados e oprimidos para a sua total emancipação. «*Negação audaciosa do Estado*», como lhe chamou Bakunine, foi a primeira tentativa séria e concludente de construção de um socialismo comunal e federalista, sem poder central, de baixo para cima, animado apenas por 2 comités de coordenação (o dos 20 «arrondissements» da cidade e o da ex-guarda nacional que passava a ser o povo em armas), os quais de maneira alguma eram um embrião de poder executivo. Nem os esforços conjugados dos últimos jacobinos e dos blanquistas, que também lá estavam, conseguiram modificar esta realidade fundamental. Não era em vão que os combatentes da Comuna se intitulavam os federados.

A DITADURA DO PROLETARIADO E AS PIRUETAS DE MARX E ENGELS

Muito se tem especulado sobre as causas da derrota, sobre a não existência de uma férrea ditadura do proletariado, a qual, miraculosamente, teria salvo o movimento. Claro que tal posição, além de megalómana, é mentirosa. Nenhuma ditadura de nenhum homem, de nenhum partido ou de nenhuma classe providencial teria salvo o que quer que fosse, em primeiro lugar. E, segundamente, se algo tivesse salvo, já não seria nem o mesmo movimento nem a mesma revolução. Teria salvo o despotismo dos novos governantes e exploradores. A verdade é que faltou dinheiro para entabular relações com o mundo capitalista circunvizinho e, deste modo, comprar armas, víveres e mesmo uma parte do inimigo. Faltou, quando havia em grande quantidade e em barras de ouro, no Banco de França, em pleno coração da cidade. A manutenção de um bastião inerte do capitalismo, dentro de uma comuna que se insurgia contra ele, foi, sem dúvida, um aspecto que pesou no prato da balança. Outro foi a apatia das restantes comunas de França, àparte algumas honrosas e efémeras excepções, apesar dos apelos dos federados. Um movimento demasiado isolado e forçosamente defensivo, como a própria existência das barricadas o prova, tinha que ser vencido sem remissão.

Marx e Engels não podiam zurzir nos vencidos. Ficaram tão impressionados com o movimento que o primeiro, aliás, foi obrigado a escrever «A guerra civil em França», livro algo anarquizante e logo considerado como um corpo estranho dentro da doutrina marxista por James Guillaume e Bakunine. E o segundo, para salvar a infeliz expressão e os apetites centralistas, foi obrigado a escrever, sem receio de cair no ridículo: «*Olhem a Comuna de Paris, era a ditadura do proletariado*». O desnorteamento, falso ou verdadeiro, dos profetas e teóricos das lutas dos outros é tal que, na reedição alemã de 1872 do Manifesto, obra sem dúvida autoritária e reformista, são obrigados a dizer que se trata de um texto histórico, que o programa está envelhecido em certos sítios, mormente no que tocava ao aparelho do Estado, o qual até já nem existia no sentido pleno, aquando da Comuna de Paris.

A MODIFICAÇÃO DO PANORAMA REVOLUCIONÁRIO EUROPEU

A vitória da Prússia sobre a França e do governo e exército franceses sobre os «communards», dados objectivos e cruéis, viriam modificar o panorama revolucionário europeu. As leis draconianas contra a A. I. T. em França, a unificação alemã e a criação de um governo parlamentar na Alemanha viriam modificar os métodos e objectivos da 1.ª Internacional, fazendo muita gente optar pela solução de facilidade; abrir a grande cisão entre socialistas libertários e socialistas autoritários, entre socialistas anti-estatais e socialistas parlamentares.

Na Alemanha, caso típico, já existia desde 1863 a «Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein», que tinha como sócio fundador e principal dirigente Ferdinand Lassalle. Aquando do Congresso de Gotha de 1875, cujo programa Marx critica superficialmente e um tanto ou quanto por não ser o n.º 1 do partido, dá-se a adesão da fracção marxista, mais conhecida por fracção de Eisenach. Marxistas e lassallistas estavam feitos uns para os outros. As eleições para o Reichstag passaram a ser o centro das suas preocupações. O partido denominado social - democrata que assim nascia, primeiro com dois deputados, depois com sete, depois com nove, pensava que, no fim do século XIX, teria a maioria parlamentar e organizaria então, com leis apropriadas sobre o capital e uma boa legislação sobre o trabalho assalariado, um Estado popular socialista. O lema do partido que é a imago pater de todos os partidos marxistas até à 3.ª Internacional, passou a ser: «A conquista do poder político nos Estados existentes» — objectivo mais que minimalista, que estava em aberta contradição com os fins da A. I. T. e era demasiado cómodo para ser revolucionário e verdadeiramente inovador.

MARX TENTA IMPOR A NOVA LINHA À INTERNACIONAL

Pela parte que lhe cabia, Marx tentou impor a nova estratégia politicante à 1.ª Internacional. Por temperamento e por doutrina, detestava os revolucionários eslavos e Bakunine que os encarnava. Detestava também todas as federações e secções combativas, isto é, as latinas, demasiado independentes para o seu paladar. No Congresso de Haia de 1872, em que não estava presente a federação italiana que já tinha rompido com o Conselho geral londrino, através de uma maioria fictícia, obtida com uma formidável caça aos mandatos, em que se especializaram Engels e Paul Lafargue, consegue que Bakunine, James Guillaume e mesmo a Federação do Jura sejam excluídos. É evidente que os principais acusados não estavam presentes. A Holanda tinha sido deliberamente escolhida para que os principais «réus» não estivessem presentes. País de difícil acesso, impedia que Bakunine, perseguido em França por causa da tentativa insurrectional da Comuna de Lyon que precedeu a Comuna de Paris, lá pusesse os pés. Estava, pois, preparado o terreno para que, subrepticiamente, fosse aprovado o artigo 7.º dos Estatutos, do qual destacamos o seguinte ponto: «*Como os senhores da terra e do capital se servem sempre dos seus privilégios políticos para defenderem e perpetuarem os seus monopólios e subjugarem o trabalho, a conquista do poder político torna-se o grande dever do proletariado*».

A RESPOSTA DOS ANARQUISTAS

Claro que a Federação do Jura, a Federação belga, a Federação espanhola, a Federação holandesa, a Federação inglesa, sem já falarmos da ainda mais radical Federação italiana, por conseguinte a esmagadora maioria da A. I. T., não se deixaram impressionar com as manobras do Conselho geral de Londres. Insurgiram-se contra a flagrante violação da autonomia operária e dos princípios federalistas. Algumas delas, reunindo-se em congresso em Saint-Imier, em 15 de Setembro de 1872, numa das resoluções tomadas, repudiaram do seguinte modo o desvio politicante e social-democrata do Congresso de Haia:

«*Considerando:*

Que querer impôr ao proletariado uma linha de conduta ou um programa político uniforme, como única via que o possa conduzir à sua emancipação social, é uma pretensão tão absurda como reaccionária;

Que ninguém tem o direito de privar as federações e as secções autónomas do direito incontestável de determinarem elas mesmas a linha de conduta política que julgarem melhor, e que qualquer tentativa semelhante nos conduziria fatalmente ao mais revoltante dogmatismo;

Que as aspirações do proletariado não podem ter outro objectivo senão o estabelecimento de uma organização e de uma federação económicas absolutamente livres, baseadas no trabalho e na igualdade de todos e absolutamente independentes de qualquer governo político, e que esta organização e esta federação não podem ser senão o resultado da acção espontânea do próprio proletariado, das associações profissionais e das comunas autónomas;

Considerando que qualquer organização política não pode ser mais do que a organização da dominação ao serviço de uma

(Continua na 4.ª página)

EDITORIAL

(Continuação da 2.ª página)

testantes irlandeses de hoje! Quão longe estamos da sanha fanática e cobarde dos islamizados palestinianos! Que grande distância nos separa da violência institucionalizada dos nossos dias, do massacre de povos e etnias perpetrado, ante o olhar indiferente das boas almas, pelos mais variados Estados do Terceiro Mundo! E que imensa diferença há entre os artesanais atentados anarquistas, que visavam abater todas as formas de tirania, e os crimes cometidos em larga escala e «cientificamente» pelas formas de poder «revolucionárias», oriundas do desvio da Revolução Russa ou da Revolução Chinesa!

A ARGUMENTAÇÃO PESSIMISTA DE QUEM NÃO ESTÁ MUITO APRESSADO

Todavia, as pessoas de que estamos a falar, não desarmam facilmente. É tão difícil combater um preconceito enraizado no inconsciente! Por vezes, dizem compreender que, como a própria origem da palavra o indica, talvez a Anarquia não seja a temida desordem. Que talvez ela seja mesmo o supremo grau da ordem de que falava o geógrafo Elysée Reclus. Outras vezes, dizem também compreender que o projecto anárquico não é um ideal imutável e intangível, fora do espaço e do tempo, mas sim algo palpável, susceptível de evolução ou de regressão, consoante a vontade e as aspirações dos homens lúcidos de cada época, e evidentemente ao alcance dos homens de aqui e de agora. Outras vezes ainda, acrescentam compreender que a Anarquia não é um fim ténue a atingir depois das calendas gregas, através de meios anti-anarquistas, mas um meio inclusive que já deve estar presente na nossa vida quotidiana e nas nossas relações com os outros. Contudo, se dizem tudo isso, fazem-no apenas a um nível abstracto, secamente lógico. Têm medo de ser acusadas de irracionalismo. E sentem logo a seguir a necessidade de se desdizerem, de fazerem uma prudente marcha atrás. Tudo pode estar muito certo, mas ainda e sempre seria demasiado cedo para que conseguíssemos passar a algo qualitativamente diferente. Pelos vistos, ainda não teria havido o processo cumulativo suficiente de que reza a dialéctica. De aqui a uns 5000 anos, na melhor das hipóteses, talvez. Antes, de qualquer forma durante as suas miseráveis e reles vidinhas, isso é que não. Seria coisa que implicaria a mudança de muitos hábitos: a hora do chá, o jornal do dia, o programa da televisão, o quarto de hora sexual, as letras do automóvel, o mesito de férias, tudo alterado. E os «argumentos» de quem prefere morrer de tédio a enfrentar o inédito e o imprevisto, chovem. Alguns, por exemplo, derivados de uma leitura apressada de Charles Darwin, falam de «luta pela vida», de «sobrevivência dos mais aptos», de «selecção natural». Para que pudessemos sair da cepa torta, para que pudessemos revogar a lei da selva, as aventuras dos genes, as mutações genéticas teriam que ser de tal ordem que bem poderíamos deixar correr o marfim. Outros, mais intimistas e filosóficos, mas não menos oportunamente pessimistas, derivados de uma leitura também apressada de Friedrich Nietzsche, falam da endémica e sobrehumana vontade de dominação e poderio («Der Wille zur Macht») do super-homem idealizado pelos pigmeus e pelos frustrados («Der Uebermensch»), da satisfação dos instintos vitais dos mais fortes e da humaníssima resignação dos explorados e dos oprimidos: os mais fracos.

ALGUMAS PRECISÕES, APESAR DE TUDO

Sem pretendermos resolver uma querela tão grave, ocorrem-nos algumas observações a opor a uma argumentação viciada pela má fé, pelo comodismo e pelo oportunismo. Se a famosa «luta pela vida» («struggle for life»), com a qual os capitalistas justificam a impiedosa concorrência no mercado, fosse o único factor decisivo para a chamada «selecção natural», nenhuma espécie teria podido sobreviver até aos nossos dias. O pai devoraria o filho e o irmão o outro irmão. Kropotkine (na obra «O apoio mútuo, um factor de evolução») mostra-se capaz de corrigir as imprecisões darwinistas. Com os exemplos que vai buscar para o mundo animal, e com os casos que apresenta de associação humana (as jurandas e as corporações medievais, as comunas, as «jacqueries», o nascimento dos sindicatos operários, etc.), mostra-nos que o apoio mútuo («mutual aid») é pelo menos tão importante quanto a luta pela vida — de que nos falam infalivelmente os carneiros resignados que se tomam por leões. Quanto ao argumento mestre dos nitzscheanos, melhor seria que cada qual falasse por si, sem fazer generalizações abusivas e doutrinárias. Porque é que a vontade de dominação e poderio de alguns não teria ou poderia ter, como antídoto e contrapartida, a vontade de libertação e total emancipação de muitos outros? Há muitos homens que são carneiros, é um facto. Pelo menos em dados períodos das suas vidas, gostam de ser dominados por outros, dentro de um esquema mais ou menos sado-masoquista. É isso que faz o poder dos poderosos, muito mais do que as qualidades intrínsecas de quem manda. É o que, muito antes de Nietzsche, Etienne de la Boétie chamava «a servidão voluntária». Mas porque razão não haveria também indivíduos dignos desse nome, com uma indómita capacidade de revolta, que tivessem pelo menos uma costela prometaica e a coragem de Prometeu ao roubar o fogo aos deuses? Em todas as épocas houve homens como Spartacus, como Stenka Razine, como Pugachev, como Jacques

(Continua na 5.ª página)

Ainda a propósito dos partidos políticos

(Continuação da 3.ª página)

classe e em detrimento das massas, e que o proletariado, mesmo se quisesse apoderar-se do poder, tornar-se-ia ele próprio numa classe dominante e exploradora;

O Congresso reunido em Saint-Imier declara:

1.º — Que a destruição de qualquer poder político é o primeiro dever do proletariado;

2.º — Que qualquer organização dum poder político, supostamente provisório e revolucionário, para levar a cabo esta destruição, não pode ser mais do que um novo engano e seria tão perigosa para o proletariado como todos os governos existentes hoje em dia;

3.º — Que, repudiando todos os compromissos em relação à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda a política burguesa, a solidariedade da acção revolucionária.»

Karl Marx, algo assustado e sempre *político*, no sentido mais pejorativo do termo, viu-se obrigado a transferir a «sede» da A I. T. para Nova Iorque, onde o movimento praticamente não existia. Preferia desferir mais uma machadada na organização a largar o timão. As federações e secções livres, porém, continuaram a reunir nos próximos anos, sem lhe pedirem qualquer autorização! Ingratidão, sem dúvida...

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÚNICA CISÃO PROFUNDA DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO INTERNACIONAL

Nas suas memórias, eis as considerações que Kropotkine tece, mais tarde, sobre o problema tão pouco aprofundado:

«A cisão entre os dois ramos do movimento socialista tornou-se visível, logo a seguir à guerra franco-alemã. A Internacional tinha criado, como já disse, uma organização central, sob a forma de um conselho geral residente em Londres; e sendo os espíritos directores desse conselho dois alemães, Engels e Marx, o conselho tornou-se a cidadela da nova tendência dos sociais-democratas; enquanto as federações latinas recebiam a sua inspiração de Bakunine e dos seus amigos.

O conflito entre os marxistas e os bakuninistas não foi um caso pessoal. Foi o conflito necessário entre os princípios de federalismo e os princípios de centralização, entre a Comuna livre e o governo paternal do Estado, entre a acção livre das massas populares caminhando para a sua emancipação e o aperfeiçoamento legal do capitalismo em vigor — um conflito entre o espírito latino e o espírito alemão, o qual, depois de ter batido a França no campo de batalha, pretendia à supremacia no domínio da ciência, da política, da filosofia e também do socialismo e apresentava a sua concepção do socialismo como «científica», enquanto qualificava todas as outras interpretações de «utópicas».»

Com estas considerações, pretendemos iniciar a nossa análise do que historicamente constitui o desvio contra-revolucionário da social-democracia. Tínhamos que subir às origens. Não podíamos, evidentemente, começar pelo estudo do auto-proclamado Partido Social Democrata de Sá Carneiro ou do chamado Partido Socialista de Mário Soares, aderente à actual Internacional Socialista. Os frangos depenam-se à mão, como dizia o vice-almirante Rosa Coutinho. E os homens de cautchu cada vez têm mais «souplesse»...

2) *A Internacional Social-Democrata e os seus tiques congenitais.*

A 2.ª Internacional, formalmente fundada em 1889, é a internacional dos partidos socialistas ou social-democratas. O seu modelo foi o Partido social-democrata alemão, do mesmo modo que o Partido bolchevista russo seria o modelo da 3.ª Internacional, criada em 1918, também conhecida por Internacional leninista. Qual deles seria o mais burocratizado, o mais «aliciante», o mais «revolucionário», o mais «puro», o mais «original», o menos oportunista, o menos monolítico é tema que veremos noutro artigo ainda sobre os partidos políticos.

Para já, constatamos que, nascida em período de ressaca, de simplificação e de desvio da Revolução Social, a 2.ª Internacional foi mais o espelho de um mundo que reflectia fielmente do que uma força de transformação, por muito modesta que fosse. Surgiu num período de reestruturação e modernização dos Estados nacionais e do capitalismo internacional. Como uma donzela pudibunda, mas mortinha por entregar-se, foi sempre e apenas uma candidata à gestão de um mundo que não pensava subverter e muito menos modificar. Tinha escolhido como terra de eleição o terreno eleitoral propriamente dito. Tinha optado, como forma de organização centralizada, hierarquizada e espartilhada, pelos partidos políticos. Ora estes, como se sabe, só muito tardiamente nasceram. Bem depois das organizações de defesa das classes desfavorecida: os sindicatos, por exemplo. É certo que os partidos políticos já tinham tido como precursores os clubes da Revolução Francesa e as associações de notáveis dos países anglo-saxões. Porém, com a forma que hoje revestem, só foram muito prosaica e tardiamente aparecendo e estruturando-se, à medida que as formas de escrutínio se iam aperfeiçoando, até desembocarem no sufrágio universal. A «jovem» social-democracia não escapou à regra geral.

A DISCUSSÃO BIZANTINA E CONSERVADORA DOS TEXTOS DO MESTRE

Uma das actividades fundamentais, que a absorvia, era a publicação, a difusão, a popularização, a abreviação e, por vezes, mais ousadamente, a revisão das escrituras fudamentais de Karl Marx, falecido em 1883, e, em menor escala, de Friedrich Engels, falecido em 1895, 4 anos depois do Congresso social-democrata alemão de Erfurt. Tudo isso dava azo a polémicas intermináveis entre os chefes socialistas, dignas dos Concílios de Bizâncio. Daí derivam também as guerras de citações, destacadas dos mais variados contextos, por dá cá aquela palha: «Bom dia!», como dizia Karl Marx; «Está um rico dia!», como dizia Friedrich Engels. Assim se ia cimentando uma douta e santa ortodoxia, recheada dos mais veementes lugares comuns. Quanto aos que reviam os poeirentos calhamaços, pois eram uma cambada de «revisionistas»...

As discussões dos principais cérebros, tais como os alemães August Bebel, Wilhelm Liebknecht, Bernstein, Kautsky, os russos Plekhanov e Martov, os franceses Jules Guesde, Jean Jaurès, Paul Lafargue, o belga Vandervelde, os italianos Ferri e Turati, o espanhol Pablo Iglésias — os quais, onde os seus partidos estavam melhor lançados, eram, em geral, ilustríssimos parlamentares — eram reveladoras. Discutia-se com sinceridade se a pera não iria cair de madura com tanta contradição e crise cíclica do capitalismo. Ninguém se lembrava, todavia, de não deixá-la apodrecer, até porque a putrefacção é um excesso de maturidade. Deve ter sido por essa razão que a Alemanha e a Inglaterra, países relativamente muito industrializados, não tiveram um único conflito e um único projecto revolucionário sério, durante todo o século XIX. Procurava-se saber se, para a acumulação do Capital com que toda a gente viria a lucrar imenso, o melhor ainda não seria tudo confiar à gestão da burguesia — a única classe exploradora da história, segundo o Mestre, que tinha feito melhor que as pirâmides do Egipto e que as catedrais góticas. Neste ponto, as opiniões dividiam-se: havia também quem pensasse que a social-democracia se podia substituir à burguesia clássica. Tentava-se descortinar também se, para abreviar a sorte do sistema, a concorrência impiedosa entre os capitalistas não viria colocar tudo entre as mãos de meia dúzia de monopolistas, ao mesmo tempo que proletarizaria a quase totalidade do bicho careto. Se se lograsse uma tão bela e matemática manobra, o Estado passaria logo, com toda a segurança, à expropriação dos expropriadores. Tentar-se saber quem, por seu turno, expropriaria o derradeiro expropriador, já seria tentar saber demais. Em última análise, até talvez fosse «reaccionário»...

O OPORTUNISMO ELEITORALISTA E A SUBORDINAÇÃO DA LUTA ECONÓMICA À LUTA POLÍTICA

Outra das actividades mais importantes da social-democracia internacional era o hábil manejo do boletim de voto. Todos os sociais-democratas clamavam que votar era um gesto cívico e consciente, muito politizado, um acto por definição emancipador. Toda a actividade devia, segundo eles, orientar-se para a queda do boletim na urna, para o acto de facultar a entrada de novos deputados no Parlamento. Por isso, era preciso que as greves não proliferassem; umas, porque não eram oportunas; outras, porque eram impopulares; outras, porque não se inseriam bem em período eleitoral ou pré-eleitoral; outras, porque prejudicavam o consumidor; outras, enfim, porque podiam generalizar-se e radicalizar-se. A desconfiança era grande, em relação às organizações operárias e aos sindicatos. Estes, na melhor das hipóteses, só serviriam de força de enquadramento e de contenção, abaixo do Partido, e de tropa de choque. Na realidade, os sociais-democratas, como mais tarde os seus continuadores leninistas, partiam de um ponto básico e primordial: a separação rígida entre *luta política* e *luta económica*. Da luta política, mais elegante, menos poluidora das mãos, ocupar-se-iam eles. Tratariam das campanhas eleitorais, especializar-se-iam em legislação operária e social, singrariam nas comissões parlamentares, treinar-se-iam na técnica de enchimento das lacunas da Lei. Da luta económica, reduzida ao grau mesquinho dos 10 cêntimos a mais e à sua mais ínfima expressão, ocupar-se-iam os sindicatos, após consulta efectuada junto dos consultores políticos. O importante problema da grande expropriação a efectuar num futuro muito distante, embora parecesse da competência directa das organizações operárias e dos sindicatos, evidentemente não lhes seria confiado. Isso seria, como acima vimos, apanágio do Estado social-democrata. Como sê-lo-ia, também, a gestão e a organização do mundo novo.

OS ANARQUISTAS, OS SINDICATOS E A GREVE GERAL

Os inimigos libertários dos sociais-democratas viam, não obstante, o problema de maneira inteiramente diferente. Já tinham «estragado» a A. I. T., vinham agora «estragar» também a 2.ª Internacional. E efectivamente, em vez de visarem conquistar o poder político, pelo boletim de voto ou pela via abertamente golpista, os anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários encaravam o começo da Revolução Social da seguinte forma, por exemlo: Devia-se desencadear uma greve geral que não se devia limitar a ser passiva, no momento oportuno. Os próprios produtores, directamente e sem mediadores, deviam transformá-la logo numa greve geral activa, hoje também chamada greve gestionária, isto é, deviam começar a organizar a produção e os circuitos de distribuição, o que teria o efeito de uma espécie de curto-circuito no capitalismo e no seu Estado, os quais seria necessário enfrentar e destruir totalmente, no entanto, não fosse o empresário dinâmico sair pela porta, vestido de fraque e cartola, e entrar pela janela, envergando o uniforme de polícia ou de militar. Foi o que aconteceu no começo da guerra de Espanha, em 1936, quando os trabalhadores da C. N. T., para responderem ao golpe fascista, sem consultarem ninguém, deitaram a mão aos centros de blindagem dos camiões, à indústria metalúlgica, à indústria textil, aos centros de abastecimento, aos latifúndios dos «tierratenientes», etc.. Foi o que ia acontecendo de novo, por exemplo em França, em Maio de 1968. Infelizmente, os operários ocuparam as fábricas sem convicção, de braços caídos. Não viram que iriam, finalmente, trabalhar por conta própria, sem patrões nem controladores. Traídos pelos partidos políticos e pelos sindicatos, apáticos, asténicos e sem iniciativa, não foram capazes de se aproveitar de uma situação que talvez não venha a apresentar-se de novo tão cedo.

OS «ARGUMENTOS» TEÓRICOS E PRATICOS DOS SOCIAIS-DEMOCRATAS E SEUS CONTINUADORES

A C. G. T. de 1968, correia de transmissão do Partido comunista francês, burocratizada, integrada no sistema, especializada na reivindicação sectorial, corporativa e economicazinha, versada na arte de furar as greves «selvagens», isto é, todas as que escapam ao seu controle, foi sem dúvida o principal obstáculo que devia ter sido removido a tempo. Para a frustração da ofensiva geral, foi mais eficaz do que a polícia do General de Gaulle. Era uma sombra do passado. Nada tinha de comum com a C. G. T. das origens, com a Confederação de 1895. Nessa altura, no seu seio, o tema da greve geral era abordado pelos anarquistas Fernand Pelloutier, secretário da Federação das Bolsas do Trabalho, e Emile Pouget, vice-secretário mais tarde de toda a Confederação, entre outros mais. E, em 1906, no célebre Congresso de Amiens de que saiu a Carta do mesmo nome, ainda hoje ponto de referência para todos os sindicalistas revolucionários do mundo, os guesdistas, jauresistas e outros políticos tinham sido batidos por larga margem pelas correntes libertárias e especificamente sindicalistas.

Tanta independência, como é óbvio, só podia desagradar aos sociais-democratas. O velho Engels, com os pés para a cova, ironizava sobre a greve geral. Com uma argumentação viciada, especiosa, tentava ridicularizar a própria ideia de greve geral. Dizia que só podiam dar-se 2 hipóteses: ou nem toda a gente estava disposta a fazê-la — e nesse caso a greve não seria geral; ou, se toda a gente estivesse na disposição de desencadeá-la — já ela não seria necessária. A seguir pronunciava-se contra os aventureirismos e a favor das conquistas lentas, mas seguras. Referia-se, é de ver, ao boletim de voto.

Assim raciocinavam os primeiros sociais-democratas. E os que vieram a seguir, não foram melhores. A carnificina de 1914-1918, altura em que todos os partidos socialistas ou sociais-democratas seguiram massivamente os seus imperialismos em guerra, não os emendou.

No próximo número de «O Meridional», em artigo intitulado «Ainda a propósito dos partidos políticos», continuaremos a debruçar-nos sobre o tema.

JÚLIO FILIPE

Bakunine e as limitações «Científicas» de Marx

O Estado político de cada país, diz ele (Marx), é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação económica; para mudar o primeiro, é preciso apenas transformar esta última. Todo o segredo das evoluções históricas, segundo o Senhor Marx, está aí. Ele não toma em consideração os outros elementos da história, tais como a reacção, no entanto evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação económica. Ele diz: «A miséria produz a escravatura política, o Estado», mas não permite que se vire essa frase às avessas e se diga: «A escravatura política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição da sua existência; de tal modo que, para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado». Marx ordena aos seus discípulos que considerem a conquista do poder e das liberdades políticas como condição prévia, absolutamente necessária, da emancipação económica, não tomando em consideração senão a questão económica; ele diz de si para consigo que os países mais capazes de fazerem uma revolução social são aqueles nos quais a produção capitalista moderna atingiu o mais alto grau do seu desenvolvimento. A dita revolução consistirá na expropriação dos proprietários e dos capitalistas actuais e na apropriação de todas as terras e de todo o capital pelo Estado que, para poder preencher a sua grande missão tanto económica como política, deverá necessariamente ser muito poderoso e muito fortemente concentrado: no interior, será a escravatura e, no exterior, a guerra sem tréguas.

MIKHAIL BAKUNINE

EDITORIAL

(Continuação da 3.ª página)

Roux, como Nestor Makhno, como Buenaventura Durruti. Se as vitórias que obtiveram, foram efémeras, o facto deve-se apenas ao não triunfo, até à data, da Revolução Social. Esse não triunfo não nos permite profetizar o futuro nem tão pouco dizer que sempre assim será. Pode perfeitamente acontecer que, amanhã, Caliban derrote enfim o mágico. E será nas «derrotas» de ontem que ele irá beber, para as superar e ir mais além, e não nas «vitórias» dos que, até à data, esmagaram a Revolução ou a confiscaram em proveito exclusivo, substituindo-se ainda com mais furor aos senhores antigos.

SEMPRE DEMASIADO CEDO OU JÁ DEMASIADO TARDE?

Seja como for, todas as querelas interesseiras dessa gente de bem nos parecem académicas, quando assistimos, impotentes, ao escoar do tempo. Demasiado cedo para a Revolução Social? Demasiado cedo para a Anarquia? Depois da Revolução Francesa de 1789-1793, depois da Comuna de Paris, depois da Revolução Mexicana, depois da Revolução Russa, depois da Revolução Chinesa, depois da Revolução Espanhola, todas elas esmagadas ou traídas ou desfiguradas ou recuperadas, ainda e sempre demasiado cedo para o triunfo da Anarquia, ainda e sempre demasiado cedo para a associação sem classes, sem castas e sem Estado?! Ainda e sempre a desculpa das condições objectivas que não estão reunidas, da relação global de forças que não é favorável, ou então, subjectivamente, do material humano que anda muito escasso? Mas então quando é que tanto «progresso», que temos diante dos olhos, desembocará no ponto de ruptura? Quando é que tanta contradição acumulada no sistema capitalista internacional, quando é que tanto crime e tanta repressão perpetrados por todos os Estados nacionais e por todos os blocos militares existentes serão bastantes para fazerem com que a válvula de segurança da gigantesca marmita de Papin universal rebente? Ou, mais anarquicamente falando, quando haverá homens de vontade em quantidade suficiente para a quebrarem e fazerem, enfim, uma revolução emancipadora que vá até ao fundo de si mesma, desbravando as novas sendas do futuro previsível? E se, pelo contrário, em vez de demasiado cedo, começasse já a ser demasiado tarde?

O OPTIMISMO FATALISTA E RELIGIOSO DOS MARXISTAS

Esta pergunta das mais heterodoxas e das mais desoladoras, para os meninos mimalhos, tem a sua razão de ser. Para os marxistas puros, não tem. As contradições do sistema capitalista entre forças produtivas e relações de produção têm que gerar fatalmente uma luta de classes, da qual o Proletariado sairá vencedor. Este reviralho fácil e golpista deve desembocar na tomada do poder, no seu exercício «revolucionário» e ditatorial, após o que o Estado, sempre fatalmente, do mesmo modo que inchou e se tornou ainda mais omnipresente com as estatizações e a centralização da vida política e económica, irá desinchando aos poucos e suicidar-se-á, quer os burocratas do partido único queiram ou não, cedendo o lugar à mais excelsa Anarquia, no sentido impoluto do termo. A imagem do mundo velho gerando o mundo novo, sem que os homens concretos mexessem uma palha, é um lugar comum da vulgata marxista. E é Marx que chega a dizer que, ainda que os homens o não quisessem, a revolução teria forçosamente que acabar por triunfar. O seu fatalismo muçulmano, a sua crença no sentido único da história, levavam-no a pensar que a sobredita teria que ter um fim cor de rosa, captável por uma ciência apriorística, um «happy end» digno das melhores tradições de Hollywood. Primeiro, é certo, teríamos que gramar, durante a bagatela de 100 ou 200 anos, pelo menos, com o cabresto da ditadura do proletariado. O Estado popular ou proletário, com «o proletariado constituído em classe dominante», com os ex-exploradores proletarizados e constituídos em classe dominada, isto é, em novo proletariado subjugando, começaria por fortalecer-se, para depois se ir extinguindo aos poucos e acabar por morrer completamente, como dizia o velho Engels. Só por etapas e não começando pelo «fim», dizem os continuadores leninistas e stalinistas do marxismo, determinadas pelos proprietários do conhecimento «científico», se chegaria à tão almejada sociedade sem classes e sem Estado, mas, de qualquer forma, chegar-se-ia fatalmente a ela. Quer dizer, os oprimidos e explorados deveriam bater-se pela manutenção da dominação e exploração por etapas, e nunca deveriam ter a ousadia de se permitirem lutar, logo desde o princípio, por um combate finalista, «utópico». Assim, para os marxistas, a pergunta que acima formulámos, é descabida.

COMO NÓS VEMOS O GRANDE PROBLEMA

Mas, para nós, não é. E se a história não tivesse nenhum sentido? Se a história tivesse sentidos múltiplos e, chegada à encruzilhada, enveredasse por um carreiro de cabras esconso que nos conduzisse ao suicídio colectivo? É uma hipótese que deve ser tomada em consideração. Quando constatamos que não há hoje um campo revolucionário internacional como havia em 1920, embora haja sintomas do seu renascimento; quando constatamos que a corrida aos armamentos e as hipóteses de guerra entre os 4 ou 5 blocos que existem, aumentam em vez de diminuirem; quando vemos cavar-se o fosso entre países ricos e países pobres; quando deparamos com o aumento do desiquilíbrio entre o campo e a cidade; quando assistimos à pilhagem selvática dos recursos naturais, à poluição e degradação do meio ambiente; quando nos oferecem uma cada vez mais mesquinha e dividida divisão social e internacional do trabalho; quando esbarrarmos na assustadora curva da natalidade, que alguns consideram um falso alarme malthusiano; temos ou não razão para inquietações e para perguntarmos, angustiadamente, ainda e sempre demasiado cedo ou já, pelo contrário, demasiado tarde?

Efectivamente, o mundo cada vez mais habitado está cada vez mais inabitável, como dizia o poeta Carlos Drumond de Andrade. As manipulações do triste rebanho humano atingem um grau de descaramento e de desmesura nunca antes atingido. O controle electrónico, computorizado e cibernético atingem um nível nunca antes alcançado. As pessoas são concentradas em calhaus e caixotes verticais pelos urbanistas, pelos arquitectos e pelos engenheiros. Como se fossem livros a arrumar nas prateleiras de uma estante. As cidades-dormitórios são imensos cemitérios onde o gado cansado retempera as suas parcas forças. Os períodos de «descanso» e de «ócio», num mundo dominado pela religião do trabalho, são cada vez mais programados pelas empresas turísticas, privadas ou estatais, segundo os esquemas delineados em vigor. As gigantescas indústrias não são susceptíveis de serem, enfim, controladas e geridas pelos próprios produtores, se não forem desconcentradas. Os produtos inúteis, as mercadorias sem qualquer préstimo são produzidos em quantidades cada vez mais industriais e cada vez mais popularizados pela sociedade de consumo...

Demasiado cedo ou demasiado tarde?

Os oprimidos e explorados em geral vão ter que reagir não só contra o capitalismo e o Estado, mas também contra os sindicatos existentes hoje em dia e os partidos políticos de esquerda, isto é, tudo o que constitui a pseudo-antítese de uma tese cada vez mais avassaladora.

Demasiado cedo ou demasiado tarde?

Não sabemos. Mas, dê por onde der, nenhuma hipótese nos vai tirar o alento para prosseguirmos. Até porque admitimos também a possibilidade de ser agora o momento. Muito haverá que destruir, no que respeita a Estados nacionais, a blocos militares, a empresas e indústrias inúteis, a relações comerciais e mercantis, a instituições. Só assim poderemos destruir, construindo. Não homens, o que seria e é uma tragédia, por vezes inevitável, mas sim relações viciadas, de dominação, de poder...

Que todos os revolucionários se capacitem, hoje mais do que nunca, deste axioma: ou a Revolução Social e a Anarquia triunfam ou a terra será despovoada e ficará coberta de crateras de explosões atómicas. O título de quadro tão desolador e desumano, digno do pincel do mais ousado pintor surrealista, poderia ser: A Revolução Social estava a caminho, mas os revolucionários chegaram demasiado tarde...

JÚLIO FILIPE

As Vicissitudes da Escola em França

A Escola, que é uma expressão e um factor determinante da divisão social do trabalho entre quem manda e quem executa, entre quem é «intelectual» e quem se limita a ser «manual», entre quem é trabalhador simples ou simplório e trabalhador qualificado ou melhor estipendiado, é mais uma das instituições a demolir da «nossa» sociedade. Alfobre de doutores que perderam a vontade transformadora e a imaginação no dedilhar dos manuais muitíssimo oficiais, deve ser substituída pela livre aprendizagem, pelo autodidactismo e pela livre associação dos indivíduos interessados nos mais variados assuntos. Um tanto ou quanto um retorno à especulação sem peias dos gregos clássicos na praça pública ou nos jardins de Epicuro, mas com muito mais possibilidades...

Com o desaparecimento de uma cada vez mais alienante e dividida divisão social do trabalho, isto é, com o advento da Revolução Social triunfante, todos seremos efectivamente equivalentes e, como se costuma dizer, paus para toda a obra. As pessoas deixarão de ser o senhor Doutor ou o senhor Engenheiro, deixarão de ser uma profissão ou um título de nobreza universitária, para passarem a ser elas próprias, individualizadas pelos próprios nomes: o Gregório, o João, o Ildefonso, o Dagoberto. Ninguém mais será medido pela bitola dos diplomas — esses atestados de douta mediocridade.

A França de hoje é, sem dúvida, um dos países do mundo mais avançados na indispensável demolição. Por essa razão foi talvez, no passado, o que teve mais reformas do ensino. Desde a criação das Altas Escolas Superiores, significativamente no tempo do carniceiro e reestruturador Napoleão Bonaparte, até à reforma de Edgar Faure, após a tempestade de Maio de 1968, passando pela reforma da laicização e obrigatoriedade da escola primária do tempo de Jules Ferry, teve inúmeras sacudidelas. Depois da 2.ª Guerra Mundial, durante a era gaullista, houve tantos personagens ilustres que passaram pelo Ministério da Educação Nacional, esse Ministério «difícil», que inumerá-los, seria fastidioso.

Eis dois panfletos recentes, enviados pelo nosso companheiro Luís Manuel Duarte, residente em Paris. Tiveram como pretexto a realização de eleições para a Associação de Estudantes do Instituto de Estudos Políticos. Nada têm em comum, como é óbvio, com a linguagem conservadora dos burocratas da U. N. E. F. («União Nacional dos Estudantes de França»), nem com a dos sindicalistas estudantis portugueses...

1) NÃO ESPEREMOS PELO DEGELO

Sim, sonhamos com um pensamento sem margens.

Face ao vocabulário político especializado, sonhamos com corvetas que foram descobertas, escondidas em bancos de areia fina, onde os tantãs indígenas fizeram com que os ventos se levantassem.

À questão «Porque estarmos em Ciências Políticas?» respondemos que criar-vos problemas, chatear-vos é uma razão ontológica suficiente; chatear-vos, a vós, ó bem-pensantes assexuados, cagõezinhos engravatados, conformistas seguros de vós mesmos, gestores da impotência e da miséria, excrementos desnatados de uma sociedade que nos dá vontade de defecar, catecúmenos do grande guru Karl Marx.

É a partir desta crítica objectiva e construtiva que nós propomos a desintegração de Ciências Políticas, quer dizer, a ruptura com o sistema produtivo/repressivo, a masturbação discreta nas conferências e nas reuniões da comissão pedagógica, a apalpadela intensiva das colegas durante as aulas magistrais, a autogestão imediata dos bilhares do bairro... Tudo o que faria, enfim, da universidade o departamento lúdico da necessidade e do desejo...

Alguns acharão este esboço/deboche pouco sério; mas, neste mundo virado às avessas, onde os políticos e os militantes tagarelam em nosso lugar, a nossa única hipótese de sobrevida reside na expropriação imediata e sem indemnização do discurso. Em Ciências Políticas, não temos ainda a essência, mas já temos a existência.

O G. E. L. existe em Ciências Políticas há já três anos (e ainda o não suicidaram!). Ciências Políticas, o lugar impossível do nosso indizível desejo, levou-nos a criar um pólo informal de atracção de toda e qualquer aspiração/atitude libertária, presente como em qualquer outro lado, mas aqui bloqueado entre a sufocante rigidez do regulamento interior, as palhaçadas fascistas e o cretinismo inerente ao território marxista-trotskista, tão imenso quanto desolado.

Os anarquistas, os autónomos, os ecologistas, as feministas que fizeram do G. E. L. o seu ponto de encontro, gozam com a «política» tradicional, não têm gadgets eleitorais a propor-vos, procuram/oferecem simplesmente lugar para viver aqui, hoje, imediatamente.

Hoje, os espaços infinitos da autonomia oferecem-se a nós: desenvolvamos a área da consciência, libertemos a energia criadora que agita cada um de nós mil vezes por dia, ebulição de desejos insatisfeitos, sonhos que se buscam através do real, sensações confusas e no entanto luminosamente precisas, ideias e gestos portadores de mudanças sem nome.

A fantasia dará o golpe de misericórdia no poder.

Uma gargalhada enterrar-vos-á.

GRUPO DE ESTUDANTES LIBERTÁRIOS

—//—

2) OS ANARQUISTAS EM CIÊNCIAS POLÍTICAS

Há algum tempo, nos corredores do Instituto, pessoas julgadas irresponsáveis e que não reconhecem «nem Deus, nem César, nem tribuno», fizeram a sua aparição no templo do liberalismo avançado: são os anarquistas do G. E. L..

Brontosáurios da vida política, mortos-vivos desenterrados, alegres bojardeiros? Nada disso: o ideal anarquista não está morto, sempre viveu e continua a viver no coração de milhares de pessoas, porque se chama Amor, Liberdade e, portanto, VIDA. Mas a vida tem, para nós, um significado muito vasto, não é unicamente a autorização de respirar. Há certas mortes que preferimos a certas vidas.

A vida é a diversidade, é o respeito pela pessoa humana, respeito que não é apanágio nem de um grupo, nem de qualquer ideologia partidária.

Declaramo-nos, portanto, contra qualquer forma de poder e pela autogestão verdadeira de todos os aspectos da vida, o que passa inevitavelmente pela supressão de todas as instituições estatais: Estado, exército, partidos, igrejas...

O anarquismo é, em primeiro lugar, uma revolta individual, a vontade de tomada do indivíduo por conta própria, contra todas as opressões e todas as alienações. Esta revolta individual pode e deve levar à verdadeira revolução, a revolução social, a revolução total. A tomada de consciência individual deve levar à tomada de consciência colectiva. Quando não tivermos enfim nem Deus, nem Estado, nem servo, nem senhor, então nós teremos a sociedade feita para o indivíduo e não o indivíduo feito para a sociedade (capitalismo/marxismo - leninismo). O anarquismo é, portanto, também uma luta de todos os momentos. Esta luta pode e deve tomar todas as formas, legais ou não, de resistência à opressão; da expressão total ao nível individual à acção directa ao nível sindical.

Estamos perfeitamente conscientes dos limites e das contradições que nos impõe a nossa presença nesta sociedade e, mais particularmente, aqui, na Faculdade de Ciências Políticas. Mas recusamo-nos a ser assimilados pela rotina quotidiana, ou a cair na armadilha da fraseologia revolucionária vazia de conteúdo. O nosso é um combate de todos os dias, que passa pela contestação contínua de Ciências Políticas, a todos os níveis.

Quanto às modalidades da nossa acção, não teremos «preconceitos a priori». E o facto de a gente se apresentar às eleições pode ser tão revolucionário como um acto de deserção no exército, quando a administração nos oferece três mil panfletos para fazermos a nossa propaganda...

Estudantes, a Anarquia espreita-vos, por conseguinte... deixem-se cair na esparrela!

Apesar de tudo e contra todos... a Anarquia vencerá.

GRUPO DE ESTUDANTES LIBERTÁRIOS

O 1.º DE MAIO: Reposição de alguns factos históricos

(Continuação da 1.ª página)

va, porém, formulada sem calor nem convicção. As «trade unions», reformistas até à medula dos ossos, com palavras e gestos sempre defensivos, não tinham tropas de choque, como soe dizer-se, nem uma visão global da situação. Estavam atascadas no egoismo corporativo e, embrenhadas num trabalho cada vez mais dividido e monótono, nesses novos processos produtivos que iriam desembocar nas cadeias de montagem do taylorismo, eram incapazes de abarcar a totalidade de um mundo a modificar totalmente. Foram essencialmente os Cavaleiros do Trabalho que asseguraram o bom desfecho do movimento, ao desencadearem o primeiro esboço de greve geral da história dos Estados Unidos.

O dia 1.º de Maio de 1886 devia ser a data a partir da qual mais nenhum operário devia trabalhar mais de 8 horas por dia. As greves pontuais que irromperam, sem ligação suficiente entre si para desembocarem (indo-se mais além) numa greve activa e expropriadora, contaram-se à volta de 5000 com várias centenas de milhares de participantes. Muitas categorias profissionais obtiveram a redução de horários desejada, dos carpinteiros aos tipógrafos, passando pelos padeiros, pelos estivadores, pelos bagageiros, pelos caixeiros de comércio, pelos homens dos transportes, pelos ferreiros e ainda outros. E lograram-no em grandes cidades como Boston, Baltimore, São Luís, Newark, Pittsburg e Nova Iorque.

Mas em Chicago é que o horizonte se toldou. Tinha havido no 1.º de Maio e nos dias seguintes desfiles impressionantes de trabalhadores efectivamente unidos na prática, na luta e não, como hoje, ficticiamente, verbalmente, por estados maiores sindicais e partidos políticos que, em nome da imposição unicitária, por definição tudo partem e nada deixam inteiro. A burguesia aterrada, com o fabricante de maquinaria agrícola Cyrus Mac Cornick à cabeça, decidiu pôr ponto final no assunto, mesmo que o preço a pagar (pelos outros) fosse caro: uma provocação sangrenta, por exemplo. Acirrou os bandos armados do detective Allan Pinkerton, personagem sinistro que tinha fundado uma agência de polícia privada, cujos «detectives» actuavam com a conivência das autoridades e se tinham especializado na arte de furar as greves e assassinar os sindicalistas mais combativos. E foi a 4 de Maio de 1886 que tudo se precipitou... No parque de Haymarket, uma bomba misteriosa lançada para o meio dos polícias, durante um comício de rua, forneceu o pretexto tão histericamente desejado. Os bodes expiatórios foram encontrados num ápice. Eram precisamente os que mais se tinham distinguido no ritmo a imprimir ao movimento reivindicativo: Schwab, Parsons, Spies, Neebe, Lingg, Fischer, Engel e Fielden. Todos anarco-sindicalistas, ao mesmo tempo teóricos da sua prática e práticos da sua teoria.

O PROCESSO

O processo que contra eles foi instruído, foi ignóbil. Não houve sequer aquela pompa jurídica nem aquela técnica processual para salvar as aparências. A pretensa independência da magistratura era mais uma vez letra morta. O meretíssimo juíz e os 12 jurados, subalternos natos do Estado e do Capital, os quais eram, ao mesmo tempo, o verdadeiro juíz e parte em litígio, nem sequer afectaram aquele mínimo de pseudo-independência em relação a essa barbárie institucional denominada Razão de Estado. De maneira expeditiva, a 20 de Agosto de 1886, o tribunal condenou à forca, para intimidar e dar o exemplo, os 8 acusados. Só 3 conseguiram escapar e viram as suas penas comutadas em prisão por longos anos. Dos outros, Engel, Spies, Parsons e Fischer foram excutados e Lingg suicidou-se, antecipando-se ao carrasco. Tinha fumado na cela um cigarro de fulminato.

As «provas» utilizadas para que se perpetrasse o crime legal residiram essencialmente nos discursos e escritos que, em vida, as vítimas tinham proferido e redigido a favor dos Sindicatos Operários, como os entendiam: autónomos e não integrados no sistema. Para os bufos, para os jurados e para o juíz Gary, homens que se exprimiam daquela maneira não podiam ser simples diletantes! Como se inspiravam na acção directa e não acreditavam na delegação de poderes, deviam ser destros no manejo da bomba. Estava tudo provado! Soma e segue...

Durante o processo, todos os acusados clamaram a sua inocência e a intervenção de Fielden ficou célebre. Sentindo, porém, que era o processo da Revolução Social que estava a ser maniganciado, nenhum deles se acobertou com a famosa desculpa das «ordens vindas de cima». Todos se assumiram até ao fim, e como nenhum anarquista está às ordens de nenhum arquista, como nenhum anarco-sindicalista aspira a ser um pacato e remunerado funcionário sindical, foi com júbilo que todos disseram ser responsáveis pelas ideias que tinham e que tentavam levar para a prática.

AS PALAVRAS DOS CONDENADOS À MORTE

São de Luís Lingg estas palavras: «Condenais-me porque sou anarquista. Repito-vos que sou inimigo da vossa ordem, desprezo as vossas leis, desprezo a vossa autoridade.»

E do seu companheiro Augusto Spies um desafio que soltou nestes termos: «A minha defesa é acusação vossa, o delito que me é imputado, é história vossa. Violais a lei ao cometer um assassinato organizado. Se pensais que, enforcando-nos, refreais o movimento ascensional da classe trabalhadora, o movimento do qual os milhões que vivem na miséria, na escravidão do salário, esperam a sua emancipação, pois bem, enforcai-nos.»

Sem esquecermos Alberto Parsons, que se exprimiu assim: «Nós somos condenados como anarquistas e eu estou orgulhoso em ser anarquista. Pensais, meus senhores, que, quando os nossos cadáveres cairem da forca, tudo estará terminado? Pensais que a guerra social terminará, quando nos tiverdes estrangulado?»

Ou Jorge Engel, que falou da seguinte maneira: «Havemos de pender da forca porque nos rebelámos contra a escravidão. Nesta república livre, aquele que fala em nome e no interesse da classe trabalhadora, deve ser enforcado. O meu maior desejo é que os trabalhadores assalariados possam reconhecer, onde quer que seja, quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos.»

Ou ainda Adolfo Fisher, que encontrou dentro de si a força suficiente para vociferar: «Se devo ser enforcado pelas minhas ideias anarquistas, pelo meu amor à liberdade e à humanidade, então grito-vos: disponde da minha vida».

Inabaláveis ante o coro de protestos platónicos ou impotentes que até elas subia do mundo inteiro, as autoridades competentes determinaram que, a 11 de Novembro de 1887, fossem enforcados, nos pátios da prisão, aqueles que ficaram na história social mais conhecidos pelos «mártires de Chicago». Nas ruas circunvizinhas, o exército continha a multidão.

Sete anos depois, tal como aconteceu para o caso dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti (mortos na cadeira eléctrica, em 1927, em Boston), uma revisão legal do processo veio confirmar que as vítimas estavam inocentes. Tinha havido «um tremendo erro judiciário», como diziam os cronistas que chegavam um pouco atrazados...

É esta a origem do 1.º de Maio, data nem lutuosa nem festiva, mas sim de combate, marcada por conflitos laborais e greves mais ou menos generalizadas nos anos que lhe seguiram. Os graves incidentes de Fourmies, centro textil francês próximo da fronteira belga, em 1891, atestam-no.

AS VÁRIAS DEFORMAÇÕES DO 1.º DE MAIO

Havia, portanto, que convertê-lo numa «festa» mundialmente deformada. Os politiqueiros da 2.ª Internacional (socialista), campeões da luta política e da verborreia parlamentar, ratificaram a sua celebração no Congresso Internacional de 1889. Sempre politicantes, procurando confiscar em proveito exclusivo tudo o que fosse aproveitável, visavam um efeito publicitário, para melhor se estribarem nas costas da populaça e ganharem as grandes batalhas eleitorais. O populismo ou, como diria hoje Mário Soares, o «anarco-populismo» desses cavalheiros caía de resto logo pela base, quando no Congresso de Londres de 1896, contrariamente ao que estava estipulado, proibiram pidescamente as intervenções dos anarquistas que vinham na qualidade de delegados sindicais. Essa façanha que fez com que homens como Kropotkine e Malatesta fossem expulsos e que Paul Delesalle fosse espancado, foi uma reedição da luta entre Mikhail Bakunine e Karl Marx na 1.ª Internacional e cavou ainda mais o fosso entre libertários e socialistas autoritários e parlamentares. Nela distinguiram-se sobremaneira os sociais-democratas alemães Bebel e Wilhelm Liebknecht, os socialistas franceses Jules Guesde e Jean Jaurès, e a filha do Profeta, a senhora Marx-Aveling, a qual, à beira do delíquio ou

(Continua na 7.ª página)

O Filósofo Herbert Marcuse e as mais amplas liberdades

A sociedade industrial atingiu o estádio em que não se poderá mais definir a sociedade verdadeiramente livre nos termos tradicionais de liberdade económica, política e intelectual; não que essas liberdades tenham perdido o seu significado, antes têm, pelo contrário, demasiado significado para serem encerradas no quadro tradicional.

Só termos negativos podem exprimir essas formas novas porque elas constituem uma negação das formas dominantes. Assim, ter a liberdade económica deveria significar estar **LIBERTO** da economia, do constrangimento exercido pelas forças e pelas relações económicas, estar liberto da luta quotidiana pela existência, não mais ser obrigado a ganhar a vida. Ter a liberdade política deveria significar para os indivíduos que estão **LIBERTOS** da política, sobre a qual não têm controle efectivo. Ter a liberdade intelectual deveria significar que se restaurou o pensamento individual, actualmente afogado nas comunicações de massa, vítima do doutrinamento, significar que não há mais fazedores de «opinião pública» e não há mais opinião pública. Se estas proposições têm um tom irrealista, não é porque sejam utópicas, é porque as forças que se opõem à sua realização são poderosas. Há para sustentar este combate contra a libertação uma arma eficaz e durável, é a fixação de necessidades materiais e intelectuais que perpetuam formas estafadas de luta pela existência.

///

Acabo de sugerir que o conceito de alienação se torna problemático, quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e nela encontram realização e satisfação. Esta identificação não é uma ilusão mas uma realidade. Todavia, esta realidade não é ela mesma senão um estádio mais avançado da alienação; tornou-se completamente objectiva; o sujeito alienado é absorvido pela sua existência alienada. Não há mais que uma dimensão, está por todo o lado e sob todas as forma. As realizações do progresso desafiam tanto ser postas em causa de maneira ideológica quanto a sua justificação; diante do seu tribunal, a «falsa consciência» da sua racionalidade tornou-se a verdadeira consciência.

///

Não é a produtividade crescente ou o alto standard de vida enquanto tais que dependem da ameaça do exterior; o que depende da ameaça do exterior é a maneira como os utilizam para bloquearem a mudança social e perpetuarem a servidão. O Inimigo é o denominador comum de tudo o que se faz e de tudo o que não se faz. Não se pode dizer que o Inimigo é o comunismo actual ou é o capitalismo actual: nos dois casos, o Inimigo é verdadeiramente o espectro da libertação.

///

A linguagem fechada não demonstra, não explica — comunica a decisão, o diktat, a ordem. Quando define, a definição é uma simples «distinção entre o bem e o mal»; estabelece as razões e as sem-razão de maneira indiscutível, e justifica um valor servindo-se de outro valor. Mergulha nas tautologias; mas as tautologias são «sentenças» terrivelmente eficazes. Julgam servindo-se de «preconceitos», condenam. Por exemplo, o «conteúdo objectivo», quer dizer, a definição de termos como «desviacionismo», «revisionismo», é o do código penal. Esta espécie de justificação faz nascer uma consciência para a qual a linguagem do poder dominante é a linguagem da verdade.

///

A dinâmica do progresso técnico impregnou-se incessantemente de conteúdo político, o Logos da técnica passou a ser o Logos da servidão prolongada. A força da tecnologia podia ser libertadora — pela instrumentalização das coisas —, tornou-se um entrave à libertação — pela instrumentalização dos homens.

Herbert Marcuse, «One-Dimensional Man», Boston, 1964.

1.º de Maio

Reposição de alguns factos históricos

(Continuação da 6.ª página)

da crise histérica, clamava: «Todos os anarquistas são loucos.» Dir-se-ia, por conseguinte, que, para todos os socialistas políticos, um acrata morto podia servir de pretexto para uma procissão alegórica, para uma «festa», enquanto um acrata vivo seria de segregar e marginalizar completamente, não fosse ele despertar o dócil gado eleitoral. Pois se esses desmancha-prazeres se atreviam a comparar a «festa do trabalho» com os desfiles dos gladiadores antigos, os quais, orgulhosos das suas grilhetas, até na hora da morte, em plena arena, deviam cair com graça, para deleite do imperador!

Também os déspotas e liberticidas da 3.ª Internacional (comunista) vieram tirar o chapéu deferente ao Dia do Trabalhador, para melhor assassinarem o seu espírito e maior glória de Lenine. Nos países que ainda hoje gerem sem partilhas nem associados, promovem grandes desfiles litúrgicos de massas a que presidem do alto de tribunas cobertas de paramentos, onde a foice e o martelo substituiram o báculo e o turíbulo. Ou então organizam longas procissões de carros de assalto e mísseis inter-continentais, ante os olhos em alvo do povoléu e dos convidados oficiais. Nem podia deixar de ser assim. A «Festa do Trabalho» tinha que ser um ponto culminante da alienação em países onde os proletários, despojados de tudo, nem sequer o direito de greve têm, sob o pretexto de estarem no poder... Restam-lhes o stakhanovismo, as batalhas da produção em ponto grande, a glorificação do trabalho assalariado, as medalhas de heróis do trabalho e um espírito de sacrifício profissional a que é anual e ritualmente feito apelo!

Elogiar o trabalho dos outros passou a ser tão rentável que a França do fascista Pétain, a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini e a Espanha de Franco autorizaram a festa do trabalho escravo. Para conseguirem a resignação dos oprimidos e explorados, também as classes dominantes portuguesas, no tempo de Salazar, não quiseram ficar atrás. A malta podia ir apanhar espigas e comer nêsperas para os campos. Os magalas perseguiam as sopeiras nos trigais. Um 1.º de Maio saloio, à portuguesa...

Até a Igreja Católica, cujas sotainas da cor das asas dos corvos sugerem a necrofagia, quis tirar partido dos cadáveres de Chicago. Como acha que o trabalho embrutecedor impede os maus pensamentos e as más acções, a tal ponto é absorvente, santificou-o. Para o efeito, desfigurou o sentido da luta dos que querem libertar-se da maldição bíblica do pão comido com o suor do rosto. Foi assim que nasceu a festa do proleta da Igreja, o São José Carpinteiro...

A FESTA DESTE ANO: A CONTINUIDADE

Não é de espantar, por conseguinte, que a comemoração deste ano tivesse sido, em Portugal, particularmente mistificadora, palavrosa, ebrirridente... Houve discursatas, foguetório, pastelinhos de bacalhau, caracóis, verdasco, água-pé, carrascão por esse país fora. Tudo o que há de mais convencional no que se convenciona chamar uma «festa popular», esteve presente. As peças de teatro em formato reduzido, as poéticas sonoras e vermelhuscas, as canções das Amálias de esquerda, tudo, absolutamente tudo a que convém chamar popularucho esteve presente, numa acabrunhante zanguizarra de tons e sons. As associações desportivas também deram um ar da sua graça. De bicicleta ou a pé, os proletários do pedal e da corrida pedestre fizeram vibrar aqueles cuja vocação é aplaudir. Com a popularização do automóvel, apesar dos sucessivos aumentos do preço da gasolina, sugerimos que as corridas de «fórmula 1», por ora ainda demasiado burguesas, sejam inseridas no calendário das comemorações. Depois dos proletários do pedal, por que não os proletários do volante?

No estádio 1.º de Maio, em Lisboa, os políticos profissionais, os burocratas sindicais, os académicos de esquerda, os doutores e engenheiros do progresso, os não menos progressistas militares, entre outros Rastignac, mostraram mais uma vez às massas que a elite, a vanguarda do proletariado, é constituída pelas classes médias.

A tónica dos discursos proferidos, enquanto o povo comia amendoins nas bancadas, como uma aldeia de macacos de imitação que nada mais têm à vista para imitar, foi sempre a mesma. Parecia que os oradores eram títeres manejados por um polichinelo oculto e sem imaginação: «A defesa das conquistas de Abril. A defesa das nacionalizações. A defesa da Reforma Agrária.» Com tanta defesa, quase seria caso para perguntarmos: — Quando é que vocês jogam ao ataque? Só quando os militares, esses anjos tutelares, dão a sua autorização? Ah!, assim já compreendemos a defesa das conquistas de Abril... Como compreendemos a defesa das estatizações. Há que deixar os tecnocratas e os burocratas dos partidos políticos e dos sindicatos ocuparem os lugares antes ocupados por vários estratos da burguesia clássica. Quanto à Reforma Agrária, é curioso vermos a esmagadora maioria dos «nossos» revolucionários encartados não ir além de algo que, por definição, terá que ser uma das numerosas reformas desta sociedade. E a Revolução Agrária, quem a fará? Os reformistas?

Ainda dentro da lógica defensiva que os caracteriza, os bonifrates falaram com vigor da última defesa do «match»: «A defesa da Constituição». Esta derradeira defesa, na voz grave de funcionários sindicais, foi então de morrer a rir. Pois não queriam ver! Nós, que já tínhamos tido o sindicalismo nacional, também chamado nacional-sindicalismo ou corporativismo, que temos agora o sindicalismo vertical (termo sem dúvida bebido por quem de direito nas «Obras Completas» de Franco ou de Peron), passaríamos pois a ter a mais exaltante e «científica» de todas as modalidades: o sindicalismo constitucional. Mas, e se a melhor lei que regulamenta o «direito à greve» fosse aquela que não existisse, a que não proibisse greve alguma por ser de solidariedade ou «política», por afectar este ou aquele sector, por ter ou não pré-aviso?

Diga-se em abono da verdade, para finalizarmos, que os oradores deste 1.º de Maio, apesar de tanta fraseologia pára-choques, também souberam opor um não retumbante e sonoroso, chegado o momento oportuno: «Não à recuperação capitalista!» O polichinelo deve ter retesado as cordas, porque na cadeia das dependências também não o devem ter deixado à rédea solta, e então todos os títeres gesticularam. Mas, autênticos espíritos de contradição, perguntamos nós: Mais do que a existência física de capitalistas, de capitães de indústria, não é a acumulação do Capital que caracteriza o capitalismo? Mais do que as remunerações mais ou menos «justas», não é o próprio Salariato, o qual historicamente vem a seguir à Escravatura da Antiguidade e à Servidão da Gleba da Idade Média, que determina que o sistema vigente seja ou não capitalista? E não é a Divisão Social do Trabalho, a separação entre quem manda e quem executa, a separação cada vez mais drástica entre trabalho dito intelectual e trabalho dito manual, que passa o atestado ao sistema em vigor?

Dentro desta ordem de ideais, onde é que a acumulação do Capital, o Salariato e a Divisão Social do Trabalho estiveram ameaçados em Portugal? Então porque falar só agora, aliás impropriamente, de «recuperação capitalista»? Dir-se-ia que os novos ricos ou candidatos a tal apenas se opõem a um capitalismo gerido pelos outros. Autênticos cepos sem imaginação criadora, são incapazes de conceber até algo que escape aos esquemas tentaculares do capitalismo clássico ou do capitalismo de Estado. Talvez a próxima festa do 1.º de Maio os venha a «radicalizar» ainda mais...

JÚLIO FILIPE

DA FAMÍLIA

Governo, religião, propriedade, família, tudo se sustenta, tudo se liga, tudo coincide. Tudo é causa e efeito, paralelo e consequência, indução e dedução lógicas, uns dos outros.

Criação da religião, a família é o ramo sobre o qual foram enxertados propriedade e governo, o flanco que carregou com eles; é a seiva que os alimenta, a mama que lhes dá comida. Não basta cortar os pequenos galhos, é preciso também sapar o tronco e arrancar as raízes. Não são só os filhotes que é preciso arrebanhar e degolar, é a mãe ainda que é preciso encurralar até ao antro e esventrar, se não quisermos que a árvore ou a besta nos dêem novos rebentos.

A família... vêde: conservou através das idades, e apesar das suas transformações sucessiva, o etigma da origem. Ficou a ser em relação ao patriarcado o que o governo representativo é em relação à autoridade absoluta.

Pequeno Estado, — no qual o homem é soberano, a mulher e os filhos os súbditos — ela coloca incessantemente o dever individual em antagonismo com a natureza, o interesse material em hostilidade com a consciência.

Confederação de principados privados, ela faz da sociedade um campo de batalha permanente onde cada um dos grupos, em nome da sua economia doméstica, vem dar combate aos outros grupos. No interior, é a insurreição dos súbditos, — mulher e filho, — que o homem, — déspota mitigado de liberalismo, — é impotente para conter. É, de um lado, a brutalidade e a corrupção erigidas em sistema de governo; de outro, como represálias, a hipocrisia e a intriga.

É, de um lado, ao sair de uma casa de deboche, das *meninas* da Chaussée-d'Antin ou das *loretas* da Cité; na manhã de um baile na Ópera ou na Courtille; no regresso do círculo ou do cabaret, onde se demorou, onde bebeu, jogou, perdeu, dissipou o rendimento de quinze anos da sua fortuna, o soldo de quinze dias do seu trabalho. É o homem, — operário ou burguês, — impondo o silêncio aos choros e às censuras com um tabefe das costas da mão, ou com uma promessa de enfeite: breloque de índia para a mulher a dias, adereço de diamantes para a dama de casa.

É, de outro lado, a insurreição da mulher ou da criança, da criança e da mulher: insurreição pela mentira para escapar ao franzir de sobrolhos da autoridade paternal ou marital, insurreição pela falsificação na apresentação de contas, pelo roubo com escalada para satisfação da guloseima ou da galantaria; insurreição pela gazeta à escola, para se subtrair ao imposto do estudo, aos trabalhos repulsivos da aula; insurreição pelo bilhete doce, para se subtrair ao tédio, ao encasernamento da vida caseira; insurreição pela desordem e pela algazarra para obedecer à necessidade de acção da idade jovem; insurreição pelo arsénico e pelo adultério para obedecer às paixões comprimidas da alma e dos sentidos.

É para todos a desilusão; é a profanação de todos os sentimentos verdadeiros, de todas as puras e suaves aspirações do amor. É a prostituição sancionada e catequizada pela religião e pelo governo. É a rapariga jovem vendida ao velho ou atirada para os braços de um desconhecido. É o comércio da juventude e da beleza. É a grilheta do acasalamento forçado pregada aos passos dos dois sexos por acordão do preconceito ou do interese material: o interesse ou o preconceito aproximando aqui o que é antipático e obrigando-os a viverem debaixo do mesmo tecto; o preconceito ou o interesse dividindo o que é simpático e condenando-os à separação, ao afastamento. É o sacrifício da alma e do corpo oferecidos em perpétuo holocausto ao bezerro de ouro.

São por todo o lado, enfim, as tribulações, os escândalos. É a doença, o desemprego, a falência, trazendo no seu seguimento a perturbação moral, a turvação material, o deboche ou a carência, o dilaceramento das fibras do estômago e do coração.

Na questão do governo, cheguei à conclusão da unidade pela legislação directa. Na questão da religião, à unidade pelo culto das ciências positivas. É com todas as minhas forças que tendo à unidade da propriedade pelo comunismo, como à unidade da família humana pela destruição da pequena família.

Para destruir esta feudalidade da família, que é preciso? — Abolir a hereditariedade, esse pomo de discórdia que desune os irmãos; essa maçã de Eva que tenta a progenitura, fascina-a, e a arrasta até ao parricídio; a hereditariedade que honra no pai o emprego de todos os meios fraudulentos, de todas as baixezas e de todos os crimes consagrados à aquisição de uma fortuna a legar aos filhos; a hereditariedade, enfim, que faz os filhos gozarem de um bem que não ganharam, e que o mais das vezes, para não dizer sempre, o pai roubou ao próximo; de um bem que, lícita ou ilicitamente adquirido, é e volta a ser, pela morte do detentor, património de todos.

Que é preciso ainda? Abolir o casamento, essa prostituição legal, esse tráfico das mulheres que sobreviveu ao tráfico dos negros. Que aquele que quer o homem livre, reclame a emancipação da mulher. Quem foi amamentado por uma escrava, tem sangue de escravo nas veias. Quem foi moralizado por uma escrava, tem pensamentos de escravo no cérebro. Quem está noivo de uma escrava, quem é possuidor de uma escrava, está noivo da escravatura, está possesso da escravatura. Se queremos destinos novos para o homem, gravemos o direito, essa moral da natureza, no coração da sua companheira; entrancemos para a rapariga jovem a coroa de carvalho, em vez da coroa de laranjeira, demos, demos um molde novo ao embrião humano.

Assim, a emancipação da mulher pela abolição do casamento e pela organização do direito ao trabalho, pela destruição da tirania do homem e da fome.

Emancipação da criança pela igualdade de todos diante da herança comum; pela criação de escolas-cheches onde ela encontrará tudo o que é necessário ao seu desenvolvimento físico e moral, e onde lhe será facultativo exercer o seu direito à existência e à instrução, se não preferir permanecer junto do pai e da mãe, cujas paternidade e maternidade não poderiam ser opressivas, não tendo mais nenhuma sanção legal.

A criança não deve estar mais à discrição da autoridade familiar que o homem à discrição da autoridade governamental. Não é debaixo da campânula da pequena família, na estrumeira do grupo egoista, que a criança deve vegetar; é-lhe necessário, como ao carvalho, para crescer e tornar-se homem na sua individualidade forte, espaço e liberdade.

A mulher, — tenho vergonha para o meu sexo estar reduzido a dizer coisas que deveriam estar no espírito e no coração de todos, — a mulher é na natureza humana o paralelo do homem, é sua igual em necessidades de satisfações, em direito de satisfazê-las. Querer estabelecer uma superioridade ou uma inferioridade de um lado ou do outro, é falsear os pratos da balança, violentar o ponderador e o equilíbrio dela, infringir a natureza.

Que o aristocrata, barão do hipódromo ou do banco, colocando a mulher ao mesmo nível que os seus cavalos ou os seus cães, dela faça, como de um animal de luxo, a exibição no boque de Boulogne ou em Chantilly; que o aristocrata, artista ou belo espírito, enquadrando-a viva na madeira rosa ou na douradoura, dando-lhe para caule ou para invólucro o cetim e as rendas, a exponha no museu ou na estufa quente do seu salão, entre dois potes da China ou duas estatuetas de Pradier, como uma pintura de preço ou uma flor rara; que mesmo o burguês, pequeno fabricante ou pequeno lojista, não a considere senão como uma profissão à Jacquart, para coser as suas meias, ou como um autómato, para alinhar as suas contas; isso concebe-se, e eles estão no seu papel, ao agirem assim. Mas que o proletário, o operário só veja nela um utensílio para escumar a marmita, uma selha para os apetites do macho: eis o que se compreende menos. E quando são pretensos democratas, pretensos socialistas que, pelo pensamento e pela acção, insultam assim a natureza humana, ao insultarem a mulher, isso forma uma anomalia estranha!

Negar as necessidades e as faculdades, os direitos e a inteligência da mulher, é fazer como os burgueses e os aristocratas ao negarem os direitos e a inteligência do proletário, como os brancos da América ao negarem a raça humana ao negro. De quem é a culpa, aliás, se as mulheres não são diferentes do que são? — É culpa do senhor ou do escravo, se o negro cultiva a cana de açúcar em vez de cultivar o seu espírito?, se o operário trabalha a matéria em vez de trabalhar a sua inteligência, e se a mulher areia as caçarolas ou estuda-se na arte de ornar o corpo como uma boneca para recreio do rico, em vez de polir as faculdades do seu cérebro e de orná-lo com conhecimentos sólidos? Homens, não nos glorifiquemos, não ultrajemos a mulher; não temos o direito: o escravo nunca é senão o reflexo do seu senhor. Proletários que queremos emancipar-nos, estendamos uma mão fraternal à mulher, e marchemos unidos com ela para a conquista da liberdade, para o derrube da exploração do homem pelo homem como da exploração pelo homem da mulher.

Ó família! Sodoma de todas as corrupções, festim de Baltazar de todos os vícios, chamo para cima de ti a chuva de fogo das maldições humanas, os raios vingadores do socialismo! Possas tu, ó família!, que trazes nos teus órgãos o virus da prostituição, nos teus lábios a chaga roedora da desmoralização social, possas tu desaparecer em breve do solo das nossas instituições e dar lugar ao grande princípio da unidade humana, à edificação e à organização no mundo da liberdade de sentimento e de sensação...

JOSEPH DÉJACQUE,
operário anarquista francês, nascido em 1822, em Paris, e morto em 1864

«A C.N.T. esteve e está presente em todas as lutas operárias actuais»

Entrevista com GOMEZ CASAS

Neste número de «O Meridional», é com grande prazer que publicamos uma entrevista com Juan Gomez Casas, o qual nos respondeu com prontidão, muito embora esteja ocupadíssimo com a transferência de funções para o novo secretário do comité nacional da C. N. T. e para o novo secretariado.

Juan Gomez Casas nasceu em Bordéus, em 1921, filho de emigrantes que foram obrigados a deixar a Espanha por razões económicas. Ingressou nas fileiras da Confederación Nacional del Trabajo (C. N. T.), em 1936, quando apenas tinha 15 anos de idade. Durante o negro período da repressão franquista, foi preso por várias vezes e conheceu bem, por dentro, os mais sinistramente reputados presídios espanhóis. Neles passou, ao todo, cerca de 15 anos da sua vida. Ao sair em liberdade, voltou sempre à luta e participou no processo de reconstrução da C. N. T., incansavelmente. Está filiado no sindicato das Artes Gráficas de Madrid, na qualidade de tradutor e escritor. Foi eleito secretário do comité regional da zona Centro, em fins de 1975, e secretário do comité nacional da C. N. T., em Setembro de 1976. Tendo posto o cargo que desempenha à disposição da organização, em Setembro de 1977, aguarda neste momento que Enric Marco, secretário do comité regional da Catalunha, tome posse das funções de novo secretário do comité nacional da Confederação. Muito conhecido em toda a Espanha, onde as edições dos seus livros se esgotam rapidamente, e também nos círculos anarquistas e anarco-sindicalistas europeus, tem publicados uma dúzia de trabalhos importantes. Dos seus livros principais, destacamos os seguintes títulos: «Cuentos carcelarios», «Historia del anarcosindicalismo español», «La Primera Internacional en España», «Sociología e Historia», «Historia de la F. A. I.», «Los anarquistas en el gobierno».

1.ª Pergunta: Muita gente fica surpreendida com o tradicional vigor do anarquismo e do anarco-sindicalismo espanhóis. A traços largos e com o teu aguçado sentido histórico, gostaríamos que nos falasses das origens do anarquismo espanhol até à fundação da C. N. T.

1.ª Resposta: Podemos dizer que a C. N. T. é a herdeira directa da Primeira Internacional, quer dizer, da Federação Regional Espanhola, aderente à Internacional. Nasce a Federação Regional como consequência de uma viagem de Fanelli, camarada de Bakunine, a Madrid e Barcelona, efectuada em fins de 1868. A Federação Regional Espanhol nasce oficialmente no Congresso de Barcelona, em 1870. Desde o seu aparecimento, contou a federação espanhola da Internacional com a animosidade de todos os partidos, sem excluir os progressistas. A perseguição à F. R. E. intensifica-se com a destruição da Comuna de Paris, em 1871. Estas perseguições fazem com que três membros do Conselho Federal se desloquem para Lisboa, aonde tomam contacto com companheiros portugueses, factor que contribui para a criação de um núcleo da Internacional em Portugal e de outro da Aliança da Democracia Socialista. Um ano depois do encontro de Anselmo Lorenzo, Mora e González Morago com os seus companheiros lisboetas, a secção portuguesa contará com cerca de vinte mil aderentes. Em 1874, depois do fugaz advento da primeira república e da subsequente restauração monárquica, a F. R. E. passa à clandestinidade, onde estará oito anos, até à implantação de governos liberais. Em 1871, a sua designação muda para Federação de Trabalhadores da Região Espanhola. Apesar disto, a orientação bakuninista da organização persistirá, independentemente das mudanças de siglas. As repressões sistemáticas contra este movimento insólito produziram a desagregação do mesmo. O ponto culminante da repressão sobreveio com o facto da Mão Negra, maquinação obscura de carácter terrorista em que esteve implicada a Federação, e que dividiu os militantes. O processo de desagregação conduz à dissolução da Federação de Trabalhadores da Região Espanhola, no Congresso de Valência, em 1888. No seu lugar, funda-se a Organização Anarquista da Região Espanhola, cuja denominação reflecte a tendência grupuscular e específica da nova entidade. O decaimento organizativo vê-se acompanhado por um certo florescimento teórico. É o tempo da polémica entre colectivismo e comunismo, que se decanta finalmente a favor deste último, o qual por sua vez prolongará a definição comunista libertária da Confederação Nacional do Trabalho (C. N. T.).

Mas o processo desorganizativo continua, acentuado pelas medidas repressivas contra o anarquismo. Em 1889, a Organização Anarquista da Região Espanhola transmuta-se em Pacto de União e de Solidariedade, que arrasta uma existência obscura até 1896, data em que se extingue, fraccionando-se em numerosos grupos que se isolam uns dos outros. É o tempo da propaganda pelo facto. À medida que desaparece a acção organizativa e obreirista, multiplicam-se os actos de violência individual ou grupuscular. Em 1896, são promulgadas pelo governo as leis de repressão do anarquismo. Deve-se consignar que, durante este lapso de tempo, cisões marxistas da Internacional hispânica, aparecem o Partido Socialista Operário Espanhol, em 1879, e a União Geral de Trabalhadores, em 1888.

O fim do século XIX e os começos do século XX são períodos confusos na história do anarquismo espanhol e a investigação histórica dos mesmos está ainda por fazer. Os grupos derivados da Internacional proliferam, apesar de tudo. A influência do sindicalismo revolucionário francês, representado pela C. G. T., contribui para o aparecimento do Grupo Solidariedade Operária, que em 1910 converte-se em Confederação Nacional do Trabalho (C. N. T.), a qual desde o início evidencia a sua ascendência internacionalista e o seu conteúdo anárquico.

2.ª Pergunta: Muitos dos vossos inimigos, como derradeiro argumento operante, costumam citar a «vossa participação» no governo republicano durante a guerra civil de 1936-39. Dizem ainda, fazendo coro com a propaganda stalinista e com os burgueses liberais, que estivestes na base da derrota militar frente ao franquismo. Gostaríamos que, num esforço clarificador, nos falasses da actividade da C. N. T. e da F. A. I., durante a guerra, tanto no campo das realizações económicas e sociais quanto nas várias frentes de guerra.

2.ª Resposta: Efectivamente, a participação no governo republicano foi um erro, reconhecido por todos os militantes, sem discussão, numa perspectiva histórica. Então encontrámo-nos numa situação em que os acordos do Congresso de Saragoça de 1936, que previam ser a C. N. T. a única organização capaz de efectuar a passagem revolucionária, não tinham previsto as circunstâncias do dia 19 de julho do mesmo ano. Encontrámo-nos numa situação em que a correlação de forças não era, em todo o país, a que se tinha pensado. Pudemos implantar o comunismo libertário na Catalunha, em parte de Aragão e do Levante, porém o resto da Espanha republicana, onde se combatia contra o fascismo, tinha uma correlação de forças desvantajosa para nós. De qualquer modo, o aludido erro foi um erro e com ele **demonstrou-se que estava certo o que vínhamos ensinando à classe trabalhadora desde os tempos da Internacional,** a saber, que **o Estado conquista sempre todos os seus conquistadores.** Portanto, esta lição voltámos a confirmá-la e a reaprendê-la a nossas próprias expensas. Uma grande lição para todos: a de que, sob nenhuma circunstância, o nosso movimento nunca volte a por-se de joelhos diante do Estado.

Quanto ao tema da denegridora propaganda comunista sobre a nossa responsabilidade na perda da guerra, há que afirmar que não podíamos ganhar aquela guerra no contexto de uma guerra convencional, que se estendeu por trinta meses, e no quadro de uma Europa que assistia apavorada à ascensão incontível das potências do Eixo. Não se podia ganhar com umas democracias ocidentais claudicantes, que declarariam o boicote à revolução espanhola, e com uma União Soviética que jogava todas as cartas, incluída a decisiva do pacto germano-soviético. Tínhamos que ganhar a guerra nos primeiros meses, ou logo no primeiro mês, mas isto não ocorreu porque os governadores civis, quase todos socialistas ou republicanos, temeram muito mais o povo armado do que a sublevação militar e negaram-se a distribuir armas. Algumas regiões chave, como Aragão e a Andaluzia, quando quiseram reagir, estavam em poder dos militares — e os mesmos governadores pagaram com a vida a sua cobardia. Porém, dentro deste contexto internacional desfavorável que nos condenava, o primeiro factor de degradação e de corrosão interna da Espanha republicana foi a luta pelo poder desencadeada pelo partido comunista, apoiado pelos conselheiros soviéticos, que fizeram chantagem junto ao governo republicano com as entregas de material de guerra, até ao momento de serem os verdadeiros senhores da situação na zona. Estabeleceu-se a famosa luta triangular descrita por Payne: os fascistas, a revolução e a contra-revolução, estas duas últimas dentro da Espanha republicana. Em luta todos contra todos. Dentro desta luta, os comunistas começaram por destruir o P. O. U. M., logo a seguir neutralizaram a C. N. T. e o movimento libertário, ainda que não pudessem destruí-lo, porque isso equivalia a destruir a Espanha republicana. Depois, houve os acontecimentos de Maio de 1937 em que a contra-revolução stalinista assestou os seus primeiros golpes contra a socialização efectuada pelos anarco-sindicalistas e deixou pelo caminho Largo Caballero, chefe do governo e dos socialistas de esquerda. Posteriormente, a vítima foi Indalecio Prieto, socialista de direita, e o sector que o secundava. Até 1938, os comunistas e Negrín, socialista sovietizado que substituiu Caballero, neutralizaram o governo catalão e imobilizaram os republicanos, com o Presidente da República à frente, o próprio Manuel Azaña. Quando se perde a Catalunha, na zona Centro-Sul fica um exército desmoralizado, mas a reacção final contra os comunistas e a criação da Junta de Defesa estabeleceram um luminoso balanço final: de um lado os comunistas, isolados, e do outro **todos os demais,** todos os que tinham sofrido a sua chantagem histórica: republicanos, socialistas de todas as tendências, poumistas e anarquistas e anarco-sindicalistas. Está clara a coisa? Nos últimos meses, enquanto falavam incessantemente de unidade, os comunistas entregavam-se a um proselitismo desenfreado no exército, com uma política de promoções para os que aceitavam o cartão do partido, e de perseguições, que foram até à eliminação física, para os que não o aceitaram. Esta política desmoralizou os combatentes e o povo sofredor da zona republicana e precipitou um desenlace que, como temos dito, não nos podia ser favorável dadas as circunstâncias internacionais. Nós, anarco-sindicalistas, fomos avessos a aceitar a militarização das milícias, porque esta implicava a contra-revolução, mas, uma vez aceite, os nossos companheiros, conquanto contra as suas convicções, constituiram unidades combatentes que ombrearam com as melhores do exército republicano. À laia de anedota diga-se que, na retirada da Catalunha, a famosa 25.ª Divisão, a antiga coluna de Durruti, passou a fronteira em perfeita ordem, sem ter perdido uma só espingarda, enquanto as unidades comunistas debandavam em todos os sentidos.

Quanto às realizações revolucionárias, estas são precisamente a nossa glória e o que nos exime dos graves erros acima resumidos. Duas mil colectividades agrícolas, a instauração do comunismo libertário em Aragão e em zonas do Levante e de Castela, a socialização da indústria pelos sindicatos da C. N. T. na Catalunha e noutras zonas, incluída a criação naquela da indústria de guerra da Espanha republicana, o que demonstrou a capacidade construtiva e a preparação dos sindicatos confederais. Em suma: o nosso balanço positivo diante da história é a **Revolução espanhola.** Por isso, **os únicos** que hoje falam em Espanha da guerra civil, somos nós. Os restantes preferem esquecê-la, e em primeiro lugar os comunistas, então todos eles agentes de Staline, e hoje, eurocomunistas. Preferem falar do presente porque não se atrevem a fazê-lo do passado.

3.ª Pergunta: A imprensa portuguesa, apesar da auto-censura dos jornalistas e da conspiração do silêncio, fala de vez em quando no ressurgir do anarquismo e do anarco-sindicalismo na «vizinha Espanha». De vez em quando, diz timidamente que a C. N. T. fez um comício em Valência com dezenas de milhares de participantes, outro em Madrid também com muitas dezenas de milhares de assistentes, outro, enfim, em Barcelona, em que haveria pelo menos 300.000 pessoas. Na tua opinião, trata-se de ressurgimento ou de continuidade?

3.ª Resposta: O que vocês apontam sobre o ressurgimento da C. N. T. está certo e também a conspiração do silêncio que se faz contra ela. O poder de convocatória da organização e do movimento libertário resiste à comparação com qualquer outro grupo, se acaso o não supera. Eu diria que se trata de **ressurgimento** e, ao mesmo tempo, de **continuidade** porque, no essencial, posto que com rasgos novos desta época e próprios da multidão de jovens que compõem os nossos sindicatos, a C. N. T. de hoje é igual à de ontem, pois o conteúdo de ambas é o mesmo.

4.ª Pergunta: Para elucidar os nossos leitores, gostaríamos que nos descrevesses, região por região, o grau de implantação da C. N. T. na Espanha de hoje. Qual o número dos aderentes? Qual o número dos militantes efectivos? Em que lutas recentes esteve a C. N. T. envolvida?

4.ª Resposta: A Catalunha é a região de maior implantação, com 120.000 aderentes neste momento, o País Valenciano com 40.000, a Andaluzia e o Centro com cerca de 15.000. A nossa filiação actual orça pelos 250.000, mas este número pode dobrar ao longo deste ano, se as nossas previsões se cumprem. Por outro lado, a nossa força e influência real excede a filiação que vos damos. É evidente que o número de militantes nunca corresponde ao número de filiados, todavia o número daqueles é elevado e é composto em geral por jovens. A idade média do militante da C. N. T., neste momento, oscila entre os 25 e os 30 anos.

A C. N. T. esteve e está presente em todas as lutas operárias actuais e em todas as regiões. As mais destacadas são as de Roca na Catalunha, as greves das «gasolineras», de transportes de mercadorias, de espectáculos e das Artes gráficas, todas elas em Barcelona, onde a C. N. T. desempenhou o papel mais importante. No resto da Espanha, os sindicatos confederais estão presentes em todas as lutas e mantêm posições radicais que se opõem ao Pacto de Moncloa e às traições dos sindicatos reformistas.

5.ª Pergunta: Finalizando, que perspectivas se abrem ante vós para o futuro? Que dificuldades mais visíveis vos espreitam?

5.ª Resposta: Perspectivas esperançosas, mas muito duras. A nossa luta contra todos os grupos reformistas, tanto políticos como sindicais, vai ser tremenda. Somos a única organização que escorraça o interclassismo e a integração no sistema, pelo que este já aponta as suas baterias contra nós. A imprensa e os meios oficiais denigrem-nos e fazem tanto quanto podem à nossa volta a conspiração do silêncio. A ilusão democrática favoreceu os partidos e as organizações sindicais que são a sua correia de transmissão, mas é muito difícil dar satisfação, ao mesmo tempo, aos empresários e aos trabalhadores, não se pode ajudar, ao mesmo tempo, os capitalistas a resolverem a sua crise e a preservar os trabalhadores das consequências dessa mesma crise. Este é o problema das centrais reformistas. Somos os únicos a defender claramente a alternativa revolucionária, começando pelo escorraçamento da pactuação com o Estado e com os empresários, o que quer dizer, com o sistema; negamo-nos a oferecer soluções «conjunturais» à crise capitalista, como fazem desde os socialistas e comunistas até aos maoistas. Continuamos a pensar que esta crise é a dos capitalistas. Portanto, continuamos a defender a necessidade ineludível de uma alternativa de sociedade, a comunista libertária.

Perspectivas duras de luta, pois, mas favoráveis. As condições objectivas jogam a nosso favor, se soubermos utilizá-las com inteligência. Há no país muito mais anarquismo organizado, difuso e infuso que nunca. As nossas mobilizações demonstram, como a de Madrid do último e recente 1.° de Maio, que o espectro real do movimento libertário excede em muito o que é exclusivamente a própria C. N. T.. E este movimento libertário influi, por sua vez, e cria outro espectro já mais diluído no povo. Porém não deixamos de ter problemas, e por tal razão fugimos ao triunfalismo. Há problemas de clarificação sobre temas novos deste tempo, e também algumas tensões originadas por esses mesmos problemas. Mas isso não nos impedirá de caminhar para o objectivo ou os objectivos históricos do nosso movimento.

O Dantas e o São Gonçalo de Lagos, Padroeiros da Cultura Algarvia (I)

Com a edição de, entre outras obras, uma do sr. Júlio Dantas (talvez o «milagre do atum» ou a «Ceia dos Cardeais» — «em que pensas cardeal? — em como é diferente o amor em Portugal...») e uma outra um historial àcerca do S. Gonçalo de Lagos, iniciou o recém-nado Grupo de Estudos Algarvios (¹) uma, supomos, prolífica actividade editorial.

O Grupo de Estudos Algarvios pretende fomentar o estudo das «coisas Culturais» do Algarve; e estudá-las, como o nome, eivado de modéstia, o indica. Também lhe poderiam ter chamado «Grupo dos Amigos do Algarve», «associação dos Benfeitores dos Algarvios», «agremiação dos Estudiosos de aquém-Espinhaço de Cão», «Liga dos curiosos dos fenómenos culturais produzidos pelos indígenas do Reino Algarvio», etc., etc..

O Grupo de Estudos Algarvios tem à sua frente um homem inteligente e de espírito largo a quem a mãe-Natureza decerto não negou também outros dotes: o sr. Cristiano Cerol, também conhecido agora como crítico literário, — actividade em cuja liça a sua entrada foi uma surpresa para muitos algarvios desconhecedores dos méritos esquecido que pela província grassam. Mas, deixando de lado as pessoas, esses seres efémeros e passageiros que mais não são do que reflexos do Ser Supremo (ou das mesquinhas circunstâncias...), pálidos esboços do que Ele promete, perguntamos acintosos e malcriados: é isto o trabalho que se propõem?

Que nos perdõem o deslustre da linguagem e a falta de sensibilidade que aos vossos olhos tais perguntas poderão significar mas.. sem impertinência, perguntamos: interessa-vos muito contar as bufas que o S. Gonçalo de Lagos deu enquanto ia da praça Gil Eanes até ali à esquina do correio velho, a mandar uma carta para o S. Pedro? E vem-nos ainda a este espírito espicaçado por uma insaciável vontade de espiolhar (sem, com isso, querermos meter a foice em seara alheia), a seguinte dúvida (não se trata daquela, da «metódica», da «metafísica» ou de qualquer outra de grandes voos, mas sim de uma dúvida mais prosaica, normal em quem ande, de livre vontade, longe dos areópagos das coisas culturais): será a edição do dr. Júlio Dantas um protótipo do que vai ser a actividade editorial do Grupo de Estudos Algarvios?

Estamos longe, — nem imaginaria quanto, por exemplo, precisamente o dr. Júlio Dantas, — estamos longe de pretender impôr a quem quer que seja um qualquer «diktat» cultural, uma orientação artística, um formulário de ideias, de maneiras, de preceitos, de opiniões. Aliás, a verificar-se qualquer situação desse género seríamos dos primeiros a morrer de tédio, cansados da monotonia. Não preconizamos também uma «cultura proletária», esse aborto criado a partir dos refugos da mais medíocre mentalidade conformista, para lhe apôrmos, em vez de à outra (à burguesa), o C maiúsculo.

Estamos longe de tudo isso, dizíamos (o que não quer dizer acima, para quem comece já a remoer...). E, como estamos longe de tudo isso, perguntamos se será pelo simples facto de o dr. Júlio Dantas ter sido algarvio e ser Personalidade (com P maiúsculo) das Letras e da Cultura que ficou à cabeça das edições póstumas do Grupo de Estudos Algarvios. Ou seria porque ele foi o grande cantor das virtudes patrioteiras do, caricaturado pelo Columbano, Zé Povinho?

É que, no primeiro caso, englobaríamos a actividade editorial do Grupo de Estudos Algarvios no campo da promoção turística por exemplo dos empreendimentos Fernando Barata, ali de Albufeira. E teríamos qualquer coisa como isto, promovido pelo Grupo de Estudos Algarvios:

«Siga as pisadas do S. Gonçalo de Lagos, goze as férias nas nossas praias e à noite assista a uma sessão cultural na boite do hotel Balaia, dançando ao som do «Timpanas, o rei das traquitanas» — letra do dr. Júlio Dantas e cantado pelo Jimmy Capaldi, o Fernando Farinha do rock'n roll».

Ou então, no segundo caso, teríamos o seguinte:

«A seguir ao sr. João Brás, o maior poeta algarvio de sempre (no dizer do crítico literário Cristiano Cerol), vem logo à cabeça o dr. Júlio Dantas que, como algarvio, o mais que fez foi cantar as virtudes do elevado sentimento patriótico; o que, aliado à devoção religiosa do beato S. Gonçalo de Lagos, constitui o expoente máximo da CULTURA ALGARVIA, que agora renasce, após tuta de...».

A terminar, aconselhamos ao novel crítico literário e a outros um sono profundo, sob a égide democrática e guiada pela baque se abalancem a tão altos voos culturais que desçam um pouco mais à terra, mais próximo dos homens concretos, de agora, e se debrucem ao de leve sobre poetas algarvios contemporâneos como António Ramos Rosa, Nuno Júdice, Gastão Cruz, Aragão Menezes e muitos outros bem conhecidos pessoalmente.

Ah!... e não se esqueçam do Jorge Amado, do James Joyce e do Dostoievski que parece que afinal são algarvios!

JOAQUIM A.

---

(1) — Cremos ser do conhecimento geral que o Grupo de Estudos Algarvios está de algum modo associado à recente realização do I Encontro de Escritores Algarvios, feita com o beneplácito, a participação e provavelmente o subsídio material dos poderes regionais e local de Lagos ou então da Secretaira de Estado da Cultura ou do Turismo. Aparece, portanto, como um dos subprodutos da «actividade cultural» promovida pelo Estado. Que, como não poderia deixar de ser, tem obviamente que assentar na recolha, em seu benefício, dos frutos da actividade criativa de indivíduos que, como tais, não podem deixar de nos merecer, ao menos, uma atenção curiosa. Portanto, longe de nós a ideia de, com este artiguelho, atingir susceptibilidades, sensibilidades ou menosprezar as realizações de cada um no «campo artístico». Se bem que na nossa modesta opinião seja, hoje em dia, praticamente impossível qualquer realização ou pesquisa profunda e inovadora, no plano artístico, que não caia imediatamente sob a alçada do sistema de consumo e de criação de imagens estereotipadas e que não se separe imediatamente da vivência de quem a criou. Não sendo os mais habilitados a falar deste assunto, não deixamos, por isso, de ser sensíveis a todas as formas de expressão que, hoje em dia, são utilizadas. E, portanto, para a sua ligação à vida real de cada um que remetemos as chamadas «actividades culturais».

Declaração de boas intenções

Desejosos de dar o seu contributo para a renovação cultural da nossa província, os redactores e colaboradores do «Meridional» dão a conhecer ao grande público algarvio um curto escrito do poeta José de Almada Negreiros de homenagem ao nosso querido conterrâneo e profundamente venerado Dr. Júlio Dantas. Sem mais comentários ao texto que se segue — a obra fala por si e o seu autor por ele próprio — chamamos a atenção das entidades responsáveis para que talvez fosse vantajoso, a bem das Letras e da Cultura algarvias, proceder a uma reedição monumental das obras do Dr. Júlio Dantas antecedida desta breve introdução explicativa, contemporânea do nosso grande escritor, feita por Almada Negreiros. E por que não? A ideia aqui fica...

MANIFESTO ANTI-DANTAS

Basta Pum Basta

Uma geração, que consente deixar-se representar por um Dantas é uma geração que nunca o foi. É um coio d'indigentes, d'indignos e de cegos! É uma resma de charlatães e de vendidos, e só pode parir abaixo de zero!

Abaixo a geração!

Morra o Dantas, morra! Pim!

Uma geração com um Dantas a cavalo é um burro impotente!

Uma geração com um Dantas à proa é uma canoa em seco!

O Dantas é um cigano!

O Dantas é meio cigano!

O Dantas saberá gramática, saberá sintaxe, saberá medicina, saberá fazer ceias pra cardeais, saberá tudo menos escrever que é a única coisa que ele faz!

O Dantas pesca tanto de poesia que até faz sonetos com ligas de duquesas!

O Dantas é um habilidoso!

O Dantas veste-se mal!

O Dantas usa ceroulas de malha!

O Dantas especula e inocula os concubinos!

O Dantas é Dantas!

O Dantas é Júlio!

Morra o Dantas, morra! Pim!

O Dantas fez uma soror Mariana que tanto o podia ser como a soror Inês ou a Inês de Castro, ou a Leonor Teles, ou o Mestre d'Avis, ou a Dona Constança, ou a Nau Catrineta, ou a Maria Rapaz!

E o Dantas teve claque! E o Dantas teve palmas! E o Dantas agradeceu!

O Dantas é um ciganão!

Não é preciso ir pró Rossio pra se ser pantomineiro, basta ser-se pantomineiro!

Não é preciso disfarçar-se pra se ser salteador, basta escrever como o Dantas! Basta não ter escrúpulos nem morais, nem artísticos, nem humanos! Basta andar com as modas, com as políticas e com as opiniões! Basta usar o tal sorrizinho, basta ser muito delicado, e usar coco e olhos meigos! Basta ser Judas! Basta ser Dantas!

Morra o Dantas, morra! Pim!

O Dantas nasceu para provar que nem todos os que escrevem sabem escrever!

O Dantas é um autómato que deita pra fora o que a gente já sabe que vai sair... Mas é preciso deitar dinheiro!

O Dantas é um soneto dele próprio!

O Dantas em génio nem chega a pólvora seca e em talento é pim-pam-pum.

O Dantas nu é horroroso!

O Dantas cheira mal da boca!

Morra o Dantas, morra! Pim!

O Dantas é o escárnio da consciência!

Se o Dantas é português eu quero ser espanhol!

O Dantas é a vergonha da intelectualidade portuguesa! O Dantas é a meta da decadência mental!

E ainda há quem não core quando diz admirar o Dantas!

E ainda há quem lhe estenda a mão!

E quem lhe lave a roupa!

E quem tenha dó do Dantas!

E ainda há quem duvide de que o Dantas não vale nada, e que não sabe nada, e que nem é inteligente, nem decente, nem zero!

Vocês não sabem quem é a soror Mariana do Dantas? Eu vou-lhes contar:

A princípio, por cartazes, entrevistas e outras preparações com as quais nada temos que ver, pensei tratar-se de soror Mariana Alcoforado a pseudo autora daquelas cartas francesas que dois ilustres senhores desta terra não descansaram enquanto não estragaram para português, quando subiu o pano também não fui capaz de distinguir porque era noite muito escura e só depois de meio acto é que descobri que era de madrugada porque o bispo de Beja disse que tinha estado à espera do nascer do Sol!

A Mariana vem descendo uma escada estreitíssima mas não vem só, traz também o Chamilly que eu não cheguei a ver, ouvindo apenas uma voz muito conhecida aqui na Brasileira do Chiado. Pouco depois o bispo de Beja é que me disse que ele trazia calções vermelhos.

A Mariana e o Chamilly estão sózinhos em cena, e às escuras, dando a entender perfeitamente que fizeram indecências no quarto. Depois o Chamilly, completamente satisfeito, despede-se e salta pela janela com grande mágoa da freira lacrimosa. E ainda hoje os turistas têm ocasião de observar as grades arrombadas da janela do quinto andar do Convento da Conceição de Beja na Rua do Touro, por onde se diz que fugiu o célebre capitão de cavalos em Paris e dentista em Lisboa.

A Mariana que é histérica começa a chorar desatinadamente nos braços da sua confidente e excelente pau de cabeleira soror Inês.

... Vêm descendo pla dita estreitíssima escala *(sic)*, várias Marianas todas iguais e de candeias acesas, menos uma que usa óculos e bengala e ainda *(ic)* toda curvada prá frente o que quer dizer que é abadessa.

E seria até uma excelente personificação das bruxas de Goya se quando falasse não tivesse aquela voz tão fresca e maviosa da Tia Felicidade da vizinha do lado. E reparando nos dois vultos interroga espaçadamente com cadência, austeridade e imensa falta de corda... Quem está aí?... E de candeias apagadas?

— Foi o vento, dizem as pobres inocentes varadas de terror... E a abadessa que só é velha nos óculos, na bengala e em andar curvada prá frente manda tocar a sineta que é um dó d'alma o ouvi-la assim tão debilitada. Vão todas pró coro, mas eis que, de repente, batem no portão e sem se anunciar nem limpar-se da poeira, sobe a escada e entra plo salão um bispo de Beja que quando era novo fez brejeirices com a menina do chocolate.

Agora completamente emendado revela à abadessa que sabe por cartas que há homens que vão às mulhères do convento e que ainda há pouco vira um de cavalos a saltar pla janela. A abadessa diz que efectivamente já há tempos que vinha dando pla falta de galinhas e tão inocentinha, coitada, que naqueles oitenta anos ainda não teve tempo pra descobrir a razão da humanidade estar dividida em homens e mulheres. Depois de sérios embaraços do bispo é que ela deu com o atrevimento e mandou chamar as duas freiras de há pouco com as candeias apagadas. Nesta altura esta peça policial toma um pedaço d'interesse porque o bispo ora parece um polícia d'investigação disfarçado em bispo, ora um bispo com a falta de delicadeza dum polícia d'investigação, e tão perspicaz que descobre em menos de meio minuto o que o público já está farto de saber — que a Mariana dormiu com o Noel. O pior é que a Mariana foi à serra com as indiscrições do bispo e desata a berrar, a berrar como quem se estava marimbando pra tudo aquilo. Esteve mesmo muito perto de se estrear com um par de murros na coroa do bispo no que se mostrou de um atrevimento, de uma insolência e de uma decisão refilona que excedeu todas as expectativas.

Ouve-se uma corneta tocar uma marcha de clarins e Mariana sentindo nas patas dos cavalos toda a alma do seu preferido foi qual pardalito engaiolado a correr até às grades da janela a gritar desalmadamente plo seu Noel. Grita, assobia e rodopia e pia e rasga-se e magoa-se e cai de costas com um acidente, do que já prèviamente tinha avisado o público e o pano também cai e o espectador também cai da paciência abaixo e desata numa destas pateadas tão enormes e tão monumentais que todos os jornais de Lisboa no dia seguinte foram unânimes naquele êxito teatral do Dantas.

A única consolação que os espectadores decentes tiveram foi a certeza de que aquilo não era a soror Mariana Alcoforado mas sim uma merdariana-aldantascufurado que tinha cheliques e exageros sexuais.

Continue o senhor Dantas a escrever assim que há-de ganhar muito com o Alcufurado e há-de ver que ainda apanha uma estátua de prata por um ourives do Porto, e uma subscrição nacional do «Século» a favor dos feridos da guerra, e a Praça de Camões mudada em Praça do Dr. Júlio Dantas, e com festas da cidade plos aniversários, e sabonetes em conta «Júlio Dantas» e pastas Dantas prós dentes, e graxa Dantas prás botas e Niveína Dantas, e comprimidos Dantas, e autoclismos Dantas e Dantas, Dantas, Dantas, Dantas... E limonadas Dantas - Magnésia.

E fique sabendo o Dantas que se um dia houver justiça em Portugal todo o mundo saberá que o autor de *Os Lusíadas* é o Dantas que num rasgo memorável de modéstia só consentiu a glória do seu pseudónimo Camões.

E fique sabendo o Dantas que se todos fossem como eu, haveria tais munições de manguitos que levariam dois séculos a gastar.

Mas julgais que nisto se resume a literatura portuguesa? Não! Mil vezes não!

Temos, além disto o Chianca que já fez rimas prá Aljubarrota que deixou de ser a derrota dos castelhanos pra ser a derrota do Chianca.

E as pinoquices do Vasco Mendonça Alves passadas no tempo da avózinha! E as infelicidades do Ramada Curto! E o talento insólito do Urbano Rodrigues! E as gaitadas do Brun! E as traduções só pra homem ilustríssimo excelentíssimo senhor Mello Barreto! E o frei Matta Nunes Moxo! E a Inês Sifilítica do Faustino! E as imbecilidades do Sousa Costa! E mais pedantices do Dantas! E Alberto Sousa, o Dantas do desenho! E os jornalistas do *Século* e da *Capital* e do *Notícias* e do *Paiz* e do *Dia* e da *Nação* e da *República* e da *Lucta* e de todos, todos os jornais! E os actores de todos os teatros! E todos os pintores das Belas - Artes e todos os artistas de Portugal que eu não gosto. E os da Águia do Porto e os palermas de Coimbra! E a estupidez do Oldemiro César e o Dr. José de Figueiredo Amante do Museu e ah oh os Sousa Pinto hu hi e os burros de Cacilhas e os menus do Alfredo Guisado! E (o) raquítico Albino Forjaz de Sampaio, crítico da *Lucta* a quem o Fialho com imensa piada intrujou de que tinha talento! E as exposições anuais das Belas-Arte(s)! E todas as maquetas do Marquês de Pombal! E as de Camões em Paris; e os Vaz, os Estrela, os Lacerda, os Lucena, os Rosa, os Costa, os Almeida, os Camacho, os Cunha, os Carneiro, os Barros, os Silvas, os Gomes, os velhos, os idiotas, os arranjistas, os impotentes, os celerados, os vendidos, os imbecis, os párias, os ascetas, os Lopes, os Peixotos, os Motta, os Godinho, os Teixeira, os Câmara, os diabo que os leve, os Constantino, os Tertuliano, os Grave,. os Mântua, os Bahia, os Mendonça, os Brazão, os Matos, os Alves, os Albuquerques, os Sousas e todos os Dantas que houver por aí!!!!!!

E as convicções urgentes do homem Cristo Pai e as convicções catitas do homem Cristo Filho!...

(Continua na 10.ª página)

O pesadelo da auto-estrada

Aqui há uns dias atrás levantei-me cedo, como é costume, fui à janela, virei-me de novo para dentro e, já estava com a gilette na mão, reparei que havia qualquer coisa estranha, diferente, lá fora. Fui ver outra vez...

!!!!!! Junto ao mar, ao longo da costa, a cobrir a extensa língua de areia que todas as manhãs eu tinha o privilégio de ter debaixo dos olhos — assim como se fosse um despertador dos mais recentes, prodígios da técnica e do espírito esmiuçador dos engenheiros eléctricos, que nos acordam ao som de música ou dum melodioso anúncio publicitário — a cobrir a praia lá estava uma imensa auto-estrada, de ar arrogante, inchada já pelos raios do sol ainda rasante que vinham ali do Leste.

Ai, que já me lixaram! E a tipa está com ar de quem não quer sair de lá!...

Já estava em cima da hora de modo que pirei-me, ainda meio convencido que a coisa havia de se resolver até à hora do almoço. E, pelo caminho, lá fui pensando que aquela coisada até talvez não fosse má de todo. Sagres a Ayamonte em uma hora! Sempre em frente e a olhar para o mar. Ao nascer do sol e ao pôr do sol, a cento e tal à hora (os que tiverem a embriaguez da velocidade e motor para isso...), Sagres-Ayamonte, Ayamonte-Sagres; Sagres-Ayamonte, Ayamonte-Sagres; almoço; Sagres-Ayamonte, Ayamonte-Sagres; Sagres-Ayamonte, Ayamonte-Sagres; jantar deslavado; Sagres-Ayamonte, Ayamonte-Sagres... grande inovação, grande novidade, alteração no percurso das gincanas algarvias, quebra da monotonia dos dias desimaginativos dos aceleras algarvios — PERCURSO INTEGRADO NO CAMPEONATO NACIONAL PéNoAcelerador — MãosNoVolante-OlhosNaEstrada - e - OrelhasNoMotor queporsuavezfaz parte do GRANDE CERTAME INTERNACIONAL DOS HOQUISTAS E COW-BOYS DO VOLANTE, com a colaboração da Associação Internacional dos Casanovas de Pacotilha Amigos dos Automóveis e ainda da Liga dos Impotentes de Olhar Macho. No fim, reza-se uma Missa Solene e fazem-se rifas para sortear um porta - chaves tipo «anzol» que todo o Automobilista que se preze deve balouçar na ponta dos dedos ao entrar no café.

Ahn?! A estaleca que uma auto-estrada marginal não dava pró turismo? Cá pró turistame, prós passeios guiados, prá hotelaria turística? Hem?! Melhor que na praia de Copacabana. Tá-se mesmo a ver: mais de CENTO E CINQUENTA QUILÓMETROS DE AUTO-ESTRADA desde o sítio da «escola de marujos» do Infante, desde o doce remanso das águas do mar salgado ali nas furnas, que resguardam ainda a memória dos sonhos juvenis do Henrique e dos seus marujinhos, até à espriada Ayamonte que se estende à beira do Guadiana, do lado de lá, a prometer-nos: — a animação das «bodegas» de Sevilha? O cosmopolitismo de Barcelona? A luz e o mel das ilhas mediterrânicas? As vias abertas para o longínquo Oriente, o mistério-mito renovadamente segregado pelas mentes divagantes?

Cento e cinquenta quilómetros de fita de asfalto! Com automóveis!!... Máquinas! E das boas!! — Suiços, alemães, suecos, franceses, dinamarqueses, austríacos, americanos de calções e boné, russos de boné e calções, chineses de sorriso afivelado e, um destes dias, árabes de óculos escuros! Daqueles que metem dólares e mais dólares nos Bancos da Suíça ou que entram em força nos grandes investimentos germano-europeus (em prol do Progresso, claro!), à conta do petróleo e da desgraça do fellah. O fellah conterrâneo que por lá continua a beber o seu cházinho de hortelã-pimenta e respeitar o Ramadão e o Califa porque o Profeta assim o ordenou. Santo Islão! Abençoada auto-estrada! Dádiva dos Céus!...

Só lhe falta uma coisa... Um ingrediente, um pormenor. Um àparte; um tempero. Uma fiada de hoteis e arranha-céus tipo caixote de cimento armado, com anúncios de néon e cheios de apartamentos, para enfiar os recém-chegados. Integrados na paisagem, claro, mas assim de maneira a fazerem uma barreira junto ao mar, como uma varanda dos deuses para o reino das sereias. A Copacabana provinciana.

Auto-estrada, hoteis, andares, automóveis, uns jardinzitos entre duas placas de cimento, uns bocados de areia para quem quiser chegar à água, turistas, mais turistas, ganâncias, mais ganância turística, excursões de nórdicas e mais nórdicas casadas-em-férias, pelo meio, à procura do ardor latino, camionetas, autocarros, pullmans, bicicletas.

Os algarvios, no Verão, os mais bisonhos e os menos sociáveis, retiravam ali para a serra, para o Espinhaço de Cão, para Monchique, Barranco do Velho ou para o morro de S. Miguel. Insensíveis às maravilhas do Progresso, subiam a serra com a casa às costas e por lá acampavam, entretendo-se pelos barrocais e pelos eucaliptais ou pelas hortas que ainda restam.

E os homens do turismo e da auto-estrada de que é que haviam de se lembrar? Para contentarem os últimos algarvios e, ao mesmo tempo, os conservarem como peça de museu mais ou menos mumificada num sorriso seráfico — assim como fizeram os Progressistas americanos com os índios — construíram-lhes sabem o quê? Levantaram uns postes enormes ali em Monchique, no Espinhaço, em S. Miguel (a Ponta de Sagres ficou de fora). Arranjaram uns cabos enormes. Contrataram uns pintores ao metro quadrado, arranjaram um imenso painel e mandaram-nos pôr lá o MAR! O mar, meninos! O mar! P'ra ver se esses atávicos ficavam um bocado mais satisfeitos!...

E, a pouco e pouco, lá ao fundo comecei a ver uma procissão de gente que vinha por aí fora, aumentando, aumentando; à frente vinha um fulano de cabelos até à cintura com um despertador enorme nas mãos, à frente da cara como se fosse um lampião. De repente, o despertador começou a tocar furiosamente e toda a gente desatou a fugir, quase desesperadamente, em direcção ao painel, uns, enquanto outros iam para o pé dos postes e começavam a mandá-los a baixo a golpes de picareta.

Tirei o braço do calor do cobertor, agarrei no raio do relógio, abri de vez os olhos: OITO E VINTE! Que grande pesadelo!!

Pijama cuecas calças meias sapatos — janela. Já estava com a gillette na mão, quando reparei que havia qualquer coisa estranha lá fora. Voltei à janela...

JOAQUIM A.

Abertura que se aguarda

A Livraria Editora Sotavento abrirá em breve a sua porta, em Faro, na Praça Alexandre Herculano, n.° 24.

Para além da verdade comezinha de ser a primeira editora do Algarve, será, segundo pensamos, uma editora viva. Com efeito, o seu programa editorial parece-nos seguir um critério que a afasta dos fabricantes de papel impresso que por aí campeiam, quer no campo do «business» quer no do delírio ideológico...

Das obras que publicará nos próximos meses destacamos:

— «O Ladrão» de Georges Darien.

— «Testemunhos inconformistas de hoje sobre os países de Leste: União Soviética, China» de vários autores contemporâneos.

— «Diálogo imaginário entre Marx e Bakunine».

Declaração de boas intenções

(Continuação da pág. 9)

E os concertos do Blanch! E as estátuas ao leme, ao Eça e ao despertar e a tudo! E tudo o que seja arte em Portugal! E tudo! Tudo por causa do Dantas!

Morra o Dantas, morra! Pim!

Portugal que com todos estes senhores conseguiu a classificação do país mais atrazado da Europa e de todo o Mundo! O país mais selvagem de todas as Áfricas! O exílio dos degredados e dos indiferentes! A África reclusa dos europeus! O entulho das desvantagens e dos sobejos! Portugal inteiro há-de abrir os olhos um dia — se é que a sua cegueira não é incurável e então gritará comigo, a meu lado, a necessidade que Portugal tem de ser qualquer coisa de asseado!

Morra o Dantas! Morra! Pim!

JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS,
poeta de Orpheu, 1915

Conselhos ou Ditadura do Proletariado

Vimos agora aqui abordar este tema, porque muitas vezes se pensa que o sistema dos Sovietes e a chamada ditadura do proletariado são uma e mesma coisa, ora isso não corresponde à realidade. A ideia de conselhos de trabalhadores (sovietes é a palavra Russa para conselhos) está em oposição absoluta com a ideia de ditadura do proletariado.

Ao contrário do que vulgarmente se pensa, eles não surgiram pela primeira vez na Rússia de 1905 nem sequer foram uma invenção dos bolcheviques, que até os combateram (porque escapavam ao seu controlo).

A ideia dos conselhos foi-se precisando na Europa a par e passo com as tentativas de criação de uma vasta união de trabalhadores, a Associação Internacional dos Trabalhadores. À medida que a luta se agudizava em toda a Europa, as ideias dos seus membros iam-se clarificando.

Com o rescaldo da guerra de 1870 e o esmagamento da comuna de Paris, demarcaram-se duas tendências nitidamente diferentes. Tem-se querido reduzir estas lutas internas a rivalidades pessoais entre Miguel Bakunine e Karl Marx, mas na realidade trata-se de concepções diferentes do socialismo e dos caminhos que a ele conduzem, sendo Marx e Bakunine dois dos elementos mais destacados nesta polémica que mantém toda a actualidade.

Os socialistas da Internacional compreenderam que o socialismo não pode ser ditado por um governo, mas que se deve desenvolver de baixo para cima, opondo-se, deste modo, à ideia do socialismo estatal dos políticos parlamentares e profissionais.

Esta ideia foi aprofundada nos países latinos onde se criaram organizações que tomavam como ponto de partida a luta económica, não visando a tomada do poder político, mas, pelo contrário, a supressão do Estado e de todo o poder. Compreenderam que a vida futura devia ter raízes completamente novas e que se devia proceder a uma reorganização da produção com base nos conselhos. Nos congressos da Federación del Trabajo espanhola foram introduzidos os termos de Buntos e de consejos del Trabajo (comunas operárias e conselhos operários).

Os partidos socialistas repudiavam em absoluto a ideia apesar do que, agora, os apadrinharam. Era Lenine que em 1905 declarava que os conselhos eram instituições obsoletas, com as quais o seu partido nada podia ter em comum.

De facto, a ideia dos conselhos decorre da concepção do socialismo libertário, que está em oposição com o socialismo de Estado, o qual vem na sequência de todas as tradições da ideologia burguesa. A ideia da ditadura é uma herança da burguesia e está inteiramente ligada às ambições do poder político.

A ditadura é uma forma que o poder estatal pode assumir, é um estado de sítio, é uma forma de a burguesia impor ao povo a sua vontade. É, por si própria, um obstáculo à revolução social, de que o elemento mais rico é a participação construtiva e a iniciativa directa dos indivíduos. A ditadura é a negação e destruição do modo de organização natural de baixo para cima. Os seus partidários podem ter as mais nobres intenções (admitamo-lo), mas a lógica do poder forçá-los-á sempre a entrar na via do despotismo mais extremo.

A ideia de ditadura do proletariado foi tomada pelos socialistas estatais ao partido pequeno burguês que foi o partido dos Jacobinos. Este partido qualificava de crime qualquer greve e proibia, sob pena de morte, as associações operárias.

Os primeiros fundadores dum movimento socialista em França eram de origem Jacobina e, como é natural, a herança pesava sobre eles.

Estes quiseram fazer em França um Estado agrícola comunista. Como comunistas compreendiam que era necessário resolver a questão económica, mas como Jacobinos julgavam que podiam fazer a revolução pelo poder do Estado.

Babeuf e Darthé, chefes desta organização, foram arrastados moribundos à guilhotina, mas as suas ideias sobreviveram e foi deles e, mais tarde, de Blanqui, que Marx e Engels herdaram a ideia da ditadura do proletariado, expressa no manifesto comunista. Manifesto esse que é um plágio do chamado manifesto democrático de Victor Considérant. Entendiam-na como a instauração de um poder central poderoso, cuja tarefa seria quebrar, por leis coercitivas, discriminatórias, o poder da burguesia e organizar a sociedade no espírito do socialismo de Estado. Em contrapartida, os pioneiros do sistema dos conselhos viram muito bem que com a exploração do homem pelo homem deve desaparecer também a dominação do homem pelo homem. Compreenderam que o Estado é sempre o poder organizado de classes dominantes e não pode ser nunca transformado em instrumento de emancipação para o trabalho. Portanto, a destruição do aparelho de poder deve ser a tarefa mais importante da revolução social, a fim de tornar impossíveis novas formas de exploração.

Quando, hoje em dia, proliferam as ideologias que metem no mesmo saco conselhos operários e ditadura do proletariado, ou conselhos operários e tomada do poder político, nós só podemos atribuir isso a uma notável falsificação da ideia dos conselhos. De facto, a defesa simultânea dum partido político, que seria a vanguarda revolucionária, e dos conselhos operários só pode querer dizer que, a coberto duma ideologia mais ou menos libertária, se pretende arrebanhar novos adeptos que sustentam a luta do partido pela conquista do poder político. O que, claro está, conduziria inevitavelmente à destruição de quaisquer conselhos que realmente existissem.

O mesmo se aplicaria, como é evidente, a qualquer organização ou partido que, a partir de hipotéticos conselhos de trabalhadores, se constituísse com vista à tomada do poder político, com uma direcção central, hierarquia interna, escalões internos, etc., etc..

Tal não significaria mais do que destruição pura e simples da ideia dos conselhos, (se alguma vez esta tivesse estado, de facto, na base da sua constituição) e a utilização dela para granjear popularidade e apoio. Parece estar na moda parecer-se libertário. O que torna ainda mais importante clarificarmos ideias.

VITOR LOPES